



PROCESSO Nº: 407/2026

CHAMAMENTO PÚBLICO 002/2026

AVISO DE CREDENCIAMENTO

| | |
|--|--|
| Chamamento Público Nº 002/2026 | Data de Abertura: 09/06/2026 Horário: 9:00h Plataforma eletrônica: https://www.licitanet.com.br/comprador |
| Unidades Credenciantes: | Secretaria Municipal de Turismo e outras. |
| Objeto | |
| Contratação de artistas e profissionais locais e regionais de arte, cultura em todas as suas manifestações e linguagens para composição da grade de apresentações e eventos e ações promovidas pela Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo e realizados das Secretaria de Turismo, Secretaria do Ambiente & Saneamento, Secretaria de Desenvolvimento Social, trabalho, Renda & Direitos Humanos, Secretaria de Cultura e Economia Criativa, Secretaria de Educação, Ciência, Tecnologia e Esporte e lazer. | |
| Fundamento Legal | |
| Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 4.483/25 e demais legislações pertinentes | |
| Observações Gerais: | |
| 1) O Edital e outros anexos estão disponíveis para download no Portal http://licitanet.com.br e também no Portal da Transparência, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo/RJ: http://www.arraial.rj.gov.br . | |
| 2) Os interessados ficam desde já notificados da necessidade de acessarem os sites https://chamamentopublico.arraial.rj.gov.br e http://licitanet.com.br , para ciência das eventuais alterações e esclarecimentos. | |



PREAMBULO

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo, por intermédio da *Secretaria Municipal de Turismo*, sediado(a) no(a) Avenida Liberdade, s/nº, Centro, Arraial do Cabo, realizará um **CHAMAMENTO PÚBLICO**, nos termos do Processo Administrativo nº 407/2026, da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#) e dos demais normativos municipais aplicáveis, todos disponíveis no endereço eletrônico, e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1 DO OBJETO

1.1. O objeto do presente procedimento é o credenciamento de interessados em prestar serviços de apresentações artísticas e profissionais locais e regionais de arte, cultura em todas as suas manifestações e linguagens para composição da grade de apresentações e eventos e ações promovidas pela Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo e realizados das Secretaria de Turismo, Secretaria do Ambiente & Saneamento, Secretaria de Desenvolvimento Social, trabalho, Renda & Direitos Humanos, Secretaria de Cultura e Economia Criativa, Secretaria de Educação, Ciência, Tecnologia e Esporte e lazer, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 O credenciamento será dividido em itens, conforme tabela abaixo, facultando-se ao interessado requerer a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3 O credenciamento não obriga a Administração Pública a contratar.

2. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

2.1 O valor de cada contratação obedecerá aos custos unitários apostos na tabela divulgada no Anexo IV.

2.2 A Administração credenciante poderá atualizar os preços divulgados na tabela do Anexo IV, de maneira motivada, na ocorrência de fato superveniente que altere os preços de mercado.

2.3 Os proponentes deverão apresentar, junto à documentação de habilitação, declaração de compromisso de manter os preços propostos durante o processo seletivo de credenciamento.

2.4 No valor da contratação estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

3 DA PARTICIPAÇÃO

3.1 O credenciamento é gratuito, não havendo a cobrança de taxa de inscrição ou participação.



3.2. O procedimento será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no Portal de Transparência Municipal e pela publicação do extrato deste Edital no Diário Oficial do Município.

3.2.1. O Edital de chamamento será mantido à disposição do público de modo a permitir o cadastramento, a qualquer tempo, de novos interessados que atendam aos requisitos constantes deste Edital, observada a vigência estabelecida no item 11.1.

3.3 O interessado responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiros os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do meio eletrônico utilizado ou do órgão ou entidade promotora do credenciamento por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4 Não poderão participar do credenciamento:

3.4.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.4.2 pessoa física ou jurídica que esteja impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública estadual em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.4.3 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando o credenciamento versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.4.4 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando o credenciamento versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.4.5 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade credenciante ou com agente público que desempenhe função no processo de credenciamento e de contratação, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.4.6 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.4.7 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.4.8 agente público do órgão ou entidade credenciante, na qualidade de pessoa física ou de representante de pessoa jurídica;



3.5 Não poderá participar, direta ou indiretamente, do credenciamento ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade credenciante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

3.6 O impedimento de que trata o item 3.4.2 será também aplicado ao interessado que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do interessado.

3.7 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.4.3 e 3.4.4 poderão participar no apoio das atividades de planejamento do credenciamento, da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.8 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.9 O disposto nos itens 3.4.3 e 3.4.4 não impede o credenciamento ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.10 Em contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.11 A vedação de que trata o item 3.4.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução do credenciamento e da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA HABILITAÇÃO E DO EXAME DO REQUERIMENTO E DEMAIS DOCUMENTOS PELA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

4.1 Os documentos previstos no Item 7.7 do Termo de Referência - Anexo I, referentes aos requisitos de habilitação, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do interessado de realizar o objeto do credenciamento, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

4.2 A comissão de contratação receberá os documentos previstos no Item 7.7 do Termo de Referência - Anexo I para averiguação quanto a validade por no endereço eletrônico <https://chamamentopublico.arraial.rj.gov.br/> ou no e-mail: turismo@arraial.rj.gov.br.



4.2.1. Para as inscrições que ocorrerem de maneira presencial, os documentos supracitados deverão ser apresentados em envelope, com a seguinte identificação:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO

CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº 002/2026 - PROCESSO Nº 407/2026

NOME/EMPRESA: _____

CPF/CNPJ Nº _____

4.2.1.1. O envelope deverá ser entregue no endereço **Rua Carlos Aguiar nº13 - Praia dos Anjos - Secretaria Municipal de Turismo.**

4.2.1.2. O proponente a credenciado quando entregar o envelope receberá um termo de recebimento de envelope que irá assinado por membro da comissão de contratação.

4.2.1.3 É de responsabilidade do interessado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder imediatamente à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.2.2 Havendo certidões ou documentos em desacordo com o Item 4.1 poderá ensejar indeferimento do pedido de credenciamento, exceto se a comissão de contratação, em consulta aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

4.2.3 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação dos já apresentados para a habilitação, o interessado será convocado a encaminhá-los, em formato digital, na forma do item 4.2, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de inabilitação.

4.2.4 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

4.3 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

4.3.1 Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o interessado for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

4.3.2 Serão aceitos registros de CNPJ de interessado matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.



4.4 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

4.4.1 O interessado deverá ter procurador residente e domiciliado no Brasil, com poderes para receber citação, intimação e responder administrativa e judicialmente por seus atos, juntando o instrumento de mandato com os documentos de habilitação.

4.4.2 Na hipótese de o interessado ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

4.5 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

4.6 Após a apresentação dos documentos para habilitação, não será permitida, para o mesmo requerimento, a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

4.6.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelo interessado, desde que necessária para apurar fatos existentes à época da publicação do Edital; e

4.6.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado.

4.7 As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios. Inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

4.7.1 Na hipótese de se utilizar o sistema, a certidão seguirá, como prazo de validade, a sistemática própria estabelecida em âmbito federal constante do Sicaf.

4.8 A comissão de contratação deverá analisar a documentação apresentada pelo interessado no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir da entrega da documentação ao órgão ou entidade promotora do credenciamento, prorrogável, se autorizado pela autoridade competente, por igual período por uma única vez.

4.8.1 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterarem sua substância ou validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

4.8.2 Caso necessário, serão solicitados esclarecimentos, retificações e complementações da documentação do interessado, a serem encaminhados em formato digital, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de indeferimento.



4.8.3 Decorrido o prazo máximo de análise, caso o exame do pedido de credenciamento não tenha sido concluído ou prorrogado, a comissão de contratação terá o prazo de 3 (três) dias úteis para decidir.

4.9 O cumprimento dos requisitos de habilitação, por parte dos credenciados, é condição indispensável para a assinatura do contrato, e será analisado pela comissão de contratação no prazo máximo indicado no item 4.9.

4.10 Durante a vigência deste Edital, incluídas as suas republicações, o credenciante, a seu critério, poderá convocar os credenciados para que comprovem a manutenção das condições apresentadas quando do cadastramento, sob pena de descredenciamento.

4.11 Não há impedimento a que um mesmo interessado seja credenciado para executar mais de um objeto, desde que possua os requisitos de habilitação em relação a todos os objetos.

4.11.1 O credenciado, no caso previsto neste subitem, poderá apresentar de uma vez só a documentação exigida.

4.11.2 O disposto no subitem 4.11.1 não se aplica quando as exigências de capacidade técnica forem diferenciadas, hipótese em que o credenciado deverá apresentar complementação da documentação relativa a esse quesito.

4.12 Serão credenciados todos os interessados que preencherem os requisitos previamente definidos neste Edital.

4.13 O não preenchimento dos requisitos a que se refere este item 4 não obsta que o interessado formule novo requerimento de credenciamento, satisfeitas as exigências contidas no Edital.

4.14 A relação preliminar dos credenciados habilitados, bem como das inhabilitações, será publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no Portal de transparência municipal e no Diário Oficial do Município.

5. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DOS RECURSOS

5.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos enquanto este permanecer em vigor.

5.1.1 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica pelo e-mail: compras.licitacao@arraial.rj.gov.br.

5.1.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

5.1.3 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

5.1.4 Acolhida a impugnação, o Edital retificado será publicado no PNCP.



5.1.5 As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas no PNCP, no Portal de transparência municipal e no Diário Oficial do Município.

5.2 A interposição de recurso observará o prazo máximo de 03 (três) dias úteis após a declaração inicial de inabilitação.

5.2.1 O prazo recursal contra a decisão que deferiu ou indeferiu o pedido de credenciamento é de 3 (três) dias úteis, contados da data de publicação da relação preliminar no PNCP.

5.2.2 Os recursos deverão ser encaminhados por e-mail no endereço eletrônico: compras.licitacao@arraial.rj.gov.br.

5.2.3 O recurso será dirigido à comissão de contratação, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos, devendo ser observada a Lei nº 5.427, de 1º de abril de 2009.

5.2.4 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

5.2.5 O recurso terá efeito suspensivo, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

5.2.6 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

5.2.7 Os

6. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DO CHAMAMENTO PÚBLICO

6.1 Ultimado o julgamento dos recursos ou decorrido o prazo para sua interposição, a autoridade competente homologará o resultado do chamamento público e divulgará as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo seletivo, no PNCP e no Diário Oficial do Município.

6.2. O resultado, com a lista de credenciados relacionados de acordo com o critério estabelecido no Edital, estará permanentemente disponível e atualizado no PNCP.

7. DA CONTRATAÇÃO

7.1 Para a contratação do credenciado, após a homologação do resultado do chamamento público, o órgão ou a entidade deverá realizar processo de inexigibilidade de licitação, na hipótese prevista no inciso IV do art. 74 da Lei nº 14.133/2021.

7.2 A contratação poderá ser realizada mediante assinatura do instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme disposto no art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

7.3 Previamente à convocação para a assinatura do Contrato, a comissão de contratação verificará a atualidade das certidões e do correspondente cumprimento das condições de habilitação por parte do credenciado, e poderá designar prazo para eventual complementação ou atualização da documentação.



7.3.1 No momento da assinatura do Contrato, o credenciado apresentará certidão de cumprimento de cota de aprendiz, expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, para fins de atendimento aos arts. 429 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho.

7.4 Sem prejuízo do item anterior, a comissão verificará se o credenciado atende às condições de contratação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);
- e) Lista de inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União; e

7.5 A consulta aos cadastros será realizada em nome da interessada e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o art. 12 da Lei nº 8.429/1992.

7.6 Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a comissão de contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.7 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.8 O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ou inabilitação.

7.9 A administração poderá convocar o credenciado durante todo o prazo de validade do credenciamento para assinar o Contrato ou outro instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e no Edital de credenciamento.

7.10 O prazo para assinatura do instrumento contratual pelo credenciado, após convocação pela administração, será de 5 (cinco) dias úteis.

7.11 O prazo de que trata o item 7.10 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação, devidamente justificada, do credenciado durante o seu transcurso, desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.



7.12 O prazo de vigência dos contratos decorrentes do presente credenciamento será de 03 (três) meses.

8. CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO DOS CREDENCIADOS

8.1 Todos os artistas/profissionais que se inscreverem no presente Credenciamento dentro dos campos de atuação e atividades disponíveis, e tiverem suas inscrições habilitadas pela Comissão de contratação no prazo de até 10 (dez) dias após o lançamento do edital de credenciamento, participarão de um sorteio, que tem por objeto a definição de um ranking para cada campo de atuação-atividade. O ranking a ser obtido através do sorteio norteará as contratações a serem realizadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO, respeitando a natureza do evento e a posição em que o CREDENCIADO se encontrar na fila para contratação.

8.2 Os artistas/profissionais que se inscreverem após o sorteio passarão a integrar o ranking após a colocação do último credenciado sorteado.

8.3 A convocação deverá acontecer com prévia de pelo menos 15 (quinze) dias a data do evento. E na hipótese de não haver disponibilidade por parte do músico, este retornará para o fim da fila de convocação, e aguardar nova convocação.

8.4. A PREFEITURA DE ARRAIAL DO CABO, através dos Órgãos participantes poderá realizar nova contratação de credenciado já anteriormente contratado somente quando este figurar como único habilitado na fila de credenciados, dentro do respectivo campo de atuação/atividade objeto da necessidade administrativa, devidamente registrada nos autos.

8.4.1 Havendo mais de um credenciado habilitado no mesmo campo de atuação/atividade, a Administração deverá observar os critérios objetivos de alternância, isonomia e impessoalidade, vedada a repetição da contratação do mesmo credenciado enquanto existirem outros aptos a serem convocados.

8.5 Na hipótese de inexistência de profissionais credenciados habilitados, ou quando os credenciados existentes não atenderem às condições técnicas, operacionais ou de disponibilidade necessárias ao atendimento da demanda, o órgão demandante poderá, de forma excepcional e devidamente motivada, adotar outro meio legal de contratação, inclusive a contratação direta, nos termos dos arts. 74 ou 75 da Lei nº 14.133/2021, conforme o caso.

8.5.1 A adoção de contratação diversa do credenciamento deverá ser formalmente justificada nos autos, acompanhada da comprovação da necessidade administrativa, da inviabilidade de atendimento pela fila de credenciados, da justificativa de preços e do parecer jurídico, observados os princípios da legalidade, motivação, isonomia e interesse público.



8.6 O credenciado terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinatura do contrato ou do instrumento equivalente, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6.1 O prazo previsto no item 8.6 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

8.6.2 A convocação será realizada, obrigatoriamente, pelo Diário Oficial e, opcionalmente, pelo site oficial da Prefeitura de Arraial do Cabo.

8.7. A lista dos credenciados habilitados em cada atividade, será divulgada semanalmente no Diário Oficial do Município e em sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo (www.arraial.rj.gov.br), bem como, quando cabível, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, permanecendo permanentemente atualizada durante toda a vigência do credenciamento. A divulgação observará os critérios definidos neste Edital e no Termo de Referência, contendo a relação dos habilitados por atividade, a posição na fila de convocação e, quando houver, os registros de descredenciamento, suspensão, recusa ou substituição, assegurando transparência, publicidade e isonomia entre os credenciados.

9. DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DO DESCRENCIAMENTO

9.1 O Edital de credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da administração, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.2 Na hipótese de anulação do Edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos arts. 147 a 150 da Lei nº 14.133/2021.

9.3 A revogação do Edital de credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram.

9.4 Será realizado o descredenciamento quando houver:

9.4.1 pedido formalizado pelo credenciado;

9.4.2 perda das condições de habilitação do credenciado;

9.4.3 descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e

9.4.4 sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

9.5 O pedido de descredenciamento de que trata o subitem 9.4.1 não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes.



9.6 Nas hipóteses previstas nos subitens 9.4.2 e 10.4.3, além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

10. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL E DO REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

10.1 O presente Edital terá prazo de vigência de 12 meses, contado da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas.

10.2 O Edital ficará disponível e acessível aos interessados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal de Transparência Municipal durante todo o prazo de vigência do instrumento.

10.3 Durante o período de vigência do Edital, o credenciamento ficará permanentemente aberto para novas inclusões ou retiradas na lista de credenciados, observadas as condições vigentes e o interesse da Administração.

10.3.1 Os requerimentos de novos interessados serão recebidos a qualquer tempo desde que ainda vigente a abertura deste Edital.

10.4 O prazo para a reavaliação das condições do credenciamento será de 15 (quinze) dias úteis.

10.5 A vigência dos contratos decorrentes do credenciamento é a definida no item 7.12 deste Edital, e não está vinculada ao prazo de vigência do credenciamento.

11. PAGAMENTO

11.1 O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente após a conclusão da apresentação artística, uma vez verificada a execução satisfatória dos serviços, mediante termo de recebimento definitivo, ou recibo, firmado pelo fiscal do contrato. Os pagamentos serão efetuados após a prestação do serviço, através de crédito em conta corrente vinculada ao Credenciado, e após a apresentação da respectiva Nota Fiscal/RPA que deverá ser emitida no prazo máximo de 10 (dez) dias, após a prestação de serviço, conforme a tabela de remuneração constante do item 15.1 do Termo de Referência (Anexo I). Registra-se que o tempo de apresentação estará previsto no contrato a ser celebrado entre a Prefeitura e a credenciada.

11.2 A responsabilidade dos pagamentos será de cada órgão demandante, mediante a apresentação de nota fiscal/RPA discriminativa referentes à realização dos serviços, devidamente atestada pelos servidores competente e fiscal do contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias.

11.3 Havendo alguma pendência impeditiva do pagamento por parte da contratada, o mesmo fluirá a partir de sua regularização por parte da contratada.



11.4 Ocorrendo atraso no pagamento, desde que este não decorra de ato ou fato atribuível à Contratada, poderá ser aplicada multa de 0,5% sobre o valor da fatura e o débito será atualizado de acordo com o IPCA pro rata die entre a data prevista para o vencimento da fatura até a data do efetivo pagamento.

12. REAJUSTE

12.1 Os preços contratados serão reajustados após o interregno de 1 (um) ano, mediante solicitação do contratado.

12.2 O interregno mínimo de 1 (um) ano para o primeiro reajuste será contado da data de início da vigência do contrato.

12.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

12.4 Os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do IPCA, exclusivamente para as obrigações que se iniciem após a anualidade.

12.5 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão-logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

12.5.1 Fica o contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer, sendo adotado na aferição final o índice definitivo.

12.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

12.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.8 O pedido de reajuste deverá ser formulado durante a vigência do Contrato e antes de eventual prorrogação contratual, sob pena de preclusão.

12.8.1 Os efeitos financeiros do pedido de reajuste serão contados:

a) da data-base do orçamento estimado, qual seja 05/2026, desde que requerido o reajuste no prazo de 60 (sessenta) dias da data de publicação do índice ajustado contratualmente;

b) a partir da data do requerimento do contratado, caso o pedido seja formulado após o prazo fixado na alínea a, acima, o que não acarretará a alteração do marco para cômputo da anualidade do reajustamento, já adotado no Edital e no Contrato.

12.9 Caso, na data de eventual prorrogação contratual, ainda não tenha sido divulgado o índice de reajuste, deverá, a requerimento do contratado, ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para



resguardar o direito futuro do contratado, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

12.10 A extinção do Contrato não configurará óbice para o deferimento do reajuste solicitado tempestivamente, hipótese em que será concedido por meio de termo indenizatório.

12.11 O reajuste será realizado por apostilamento, se esta for a única alteração contratual a ser realizada.

12.12 O reajuste de preços não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea d, da Lei nº 14.133/2021.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1 A aplicação de sanção será necessariamente precedida do devido processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

13.2 A inobservância de quaisquer dos preceitos deste chamamento do edital, ou da legislação regente, acarretará ao Credenciado, as seguintes penalidades:

- a) Advertência por escrito;
- b) Cancelamento do credenciamento.

13.3. Sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, garantida a prévia defesa.

13.3.1. Advertência;

13.3.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato em caso de inadimplência total ou parcial do Contrato, ou no caso de rescisão administrativa por ato de sua responsabilidade.

13.3.3. Multa de 1% (um por cento) por dia de atraso na prestação do objeto contratado, sem justificativa aceita pela Administração, calculada sobre o valor do contrato, até o 5.º (quinto) dia útil.

13.3.4. Suspensão do direito de licitar e de contratar com a CONTRATANTE pelo prazo de até 03 (três) anos, dependendo da natureza e gravidade da falta, consideradas as circunstâncias e interesse da própria autarquia; e,

13.3.5 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a CONTRATANTE em função da natureza e gravidade da falta cometida ou em caso de reincidência.

13.4. As multas previstas neste Edital não têm caráter compensatório, porém, moratório, e consequentemente o pagamento delas não exime a contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à "CONTRATANTE".

13.5. As penalidades acima mencionadas não excluem quaisquer outras previstas em Lei, nem o direito que assiste à "CONTRATANTE" de ressarcir-se das perdas e danos que vier a sofrer.



13.6. Enquanto a contratada não cumprir as condições contratuais estabelecidas, a "CONTRATANTE" reterá seus pagamentos e garantias contratuais.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.2 A inscrição de interessados no credenciamento implica a aceitação integral e irrestrita de todas as condições estabelecidas neste Edital e na Instrução Normativa CGM nº 18 de 03 de Fevereiro de 2026.

14.2.1 Os interessados poderão desistir do pedido de credenciamento até a publicação do ato que o deferir.

14.3 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do interessado, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.4 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

14.5 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência e seus anexos (I, II, III e IV)

Anexo II – Modelo de Declaração

Anexo III – Modelo de Proposta

Anexo IV – Valores Encontrados na pesquisa de preços

Anexo V - Minuta de Termo de Contrato

Arraial do Cabo, 08 de Junho de 2026.

Diogo dos Santos de Moraes

Secretário Municipal de Compras e Licitações



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

**TERMO DE REFERÊNCIA PARA CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE
ARTISTAS E PROFISSIONAIS LOCAIS E REGIONAIS DE ARTE, CULTURA EM
TODAS AS SUAS MANIFESTAÇÕES E LINGUAGENS**

Assunto: Termo de Referência para Credenciamento para contratação de artistas e profissionais locais e regionais de arte, cultura em todas as suas manifestações e linguagens para composição da grade de apresentações e eventos e ações promovidas pela Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo e realizados das Secretaria de Turismo, Secretaria do Ambiente & Saneamento, Secretaria de Desenvolvimento Social, trabalho, Renda & Direitos Humanos, Secretaria de Cultura e Economia Criativa, Secretaria de Educação, Ciência, Tecnologia e Esporte e lazer.

1- OBJETO

1.1 Este Termo de Referência tem por objetivo estabelecer as regras para o edital de Chamamento Público para credenciamento de artistas e profissionais locais e regionais de arte, cultura em todas as suas manifestações e linguagens para composição de eventos e ações promovidas ou apoiados pela Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo por meio das Secretaria de Turismo, Secretaria do Ambiente & Saneamento, Secretaria de Desenvolvimento Social, trabalho, Renda & Direitos Humanos, Secretaria de Cultura e Economia Criativa, Secretaria de Educação, Ciência, Tecnologia e Esporte e lazer facilitando, dessa forma, a contratação dos serviços de artistas e profissionais das artes e cultura, pessoas físicas ou jurídicas, para prestação dos serviços descritos no objeto deste Termo de Referência, em consonância com os princípios da Administração Pública, sobretudo o da Publicidade, Transparência, e conferindo isonomia à classe artística, promovendo com maior facilidade à difusão cultural. Os eventos promovidos ou apoiados pelo Município de Arraial do Cabo - RJ, por intermédio das Secretaria de Turismo, Secretaria do Ambiente & Saneamento, Secretaria de Desenvolvimento Social, trabalho, Renda & Direitos Humanos, Secretaria de Cultura e Economia Criativa, Secretaria de Educação, Ciência, Tecnologia e Esporte e lazer, tem como proposta abrilhantar os festejos, incentivar a cultura e o turismo local, bem como valorizar os artistas e profissionais das artes e cultura regionais/ locais. O credenciamento deverá ser realizado



junto a Comissão de contratação, conforme Edital, em horários e condições definidas pelo referido certame. Serão credenciados todos os artistas e profissionais que cumprirem os requisitos deste Termo de Referência e do Edital, dentro dos campos de atuação, conforme detalhamento do item 5.

2-JUSTIFICATIVA E INTERESSE PÚBLICO

2.1 O credenciamento é uma forma de contratação direta, denominado como “procedimento auxiliar de licitação” pelo art. 78 da Lei 14.133/2021, que prevê a possibilidade de contratação sem licitação prévia, nos casos em que exista inviabilidade de competição. Tal procedimento auxiliar se dá no âmbito do órgão que faz um Chamamento Público, com parâmetros a serem seguidos e observados por todos os que queiram participar, ficando abertos para todos os interessados e a todo tempo, inviabilizando assim, a abertura de licitação. No inciso I do art. 79 da Lei nº 14.133/2021 o legislador estabeleceu a hipótese de utilização do credenciamento que se aplica ao objeto deste instrumento, vejamos:

2.1.1 “Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação: I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.”

2.1.2 O art. 74, inciso IV da Lei nº 14.133/2021 fala diretamente da hipótese da inexigibilidade para a contratação de objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento:

2.1.2.1 “ Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: (...) IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;” Ressalte-se que o art. 6º, XLIII, da Lei nº 14.133/2021 nos traz a definição de credenciamento:

2.2 “Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: (...) XLIII - credenciamento: processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados;”

2.3 Sendo assim, parece claro que, se a Administração convoca profissionais dispondo-se a contratar todos os interessados que preencham os requisitos por ela exigidos, e por um preço previamente definido no próprio ato do chamamento, o perfil do objeto torna-se



inviável a competição entre os mesmos, uma vez que não há critério justo que propicie a competição.

2.4 Esta contratação de artistas e profissionais das artes e cultura para comporem a grade programações do calendário municipal de eventos e demais ações tem a finalidade de fomentar as atividades culturais e artísticas, de forma a atingir os seguintes objetivos:

- I – apoiar e promover a diversidade cultural existente no Município;
- II – reconhecer e fomentar ações de produção artística e cultural;
- III – ampliar o acesso às produções culturais e artísticas locais;
- IV – incentivar a apresentação de artistas, em atividades e eventos, promovidos ou apoiados pela Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo;
- V – Fomento a economia local, sob critérios de identidade e formalização;
- VI – Divulgação da cidade como potencial destino turístico;

3- DEFINIÇÃO DO OBJETO

3.1 O objeto do presente termo visa credenciar artistas e profissionais locais e regionais de arte, cultura em todas as suas manifestações e linguagens possibilitando a contratação para composição da grade de apresentações e eventos do calendário de eventos e demais ações promovidas pela Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo através das Secretarias de Turismo, Secretaria do Ambiente & Saneamento, Secretaria de Desenvolvimento Social, trabalho, Renda & Direitos Humanos, Secretaria de Cultura e Economia Criativa, Secretaria de Educação, Ciência, Tecnologia e Esporte e lazer.

3.2 A contratação é imprescindível para viabilizar o calendário municipal de eventos, as ações das Secretarias, fomentar o desenvolvimento socioeconômico por meio da cultura e do turismo, fortalecer políticas de inclusão, meio ambiente e cidadania e cumprir os objetivos estratégicos da administração pública, em conformidade com os princípios da eficiência, legalidade, economicidade e interesse público estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.

3.3 As apresentações serão oferecidas à população de forma gratuita.

4- DAS INSCRIÇÕES

4.1 Poderá se candidatar para os campos de atuação, conforme descrito no item 5.

4.2 No momento da inscrição os candidatos deverão entregar o formulário de inscrição, declaração de atividades e anexar cópia da documentação descrita no item 7.



4.3 As inscrições para o credenciamento de artistas e profissionais locais e regionais de arte, cultura em todas as suas manifestações e linguagens serão realizadas gratuitamente, na sede da Secretaria Municipal de Turismo, situada à Rua Carlos Aguiar, nº13, Praia dos Anjos, Arraial do Cabo, das 9h às 12h e das 14h às 16h, a partir da publicação do edital e/ou pelo site oficial da Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo (<https://www.arraial.rj.gov.br/>)

4.4 A documentação para o credenciamento compreende a entrega da solicitação do CHAMAMENTO PÚBLICO, conforme modelo constante nos anexos deste TR, mais as declarações, certidões e da documentação de habilitação relacionada no item 7.7.

4.5 Para as inscrições que ocorrerem de maneira presencial, os documentos supracitados deverão ser apresentados em envelope, com a seguinte identificação:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO

CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº xxx/20xx - PROCESSO Nº 1067/2025

NOME/EMPRESA: _____

CPF/CNPJ Nº _____

4.6 O cadastramento de interessados no presente credenciamento permanecerá aberto durante toda a sua vigência, nos termos do art. 79 da Lei nº 14.133/2021, possibilitando a qualquer tempo a inscrição de artistas e profissionais locais e regionais das artes e da cultura que atendam às condições e requisitos estabelecidos no Edital e neste Termo de Referência.

5- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Poderão participar do certame pessoas jurídicas e Pessoa Física de natureza cultural ou artística, com ou sem fins lucrativos que satisfaçam as seguintes condições, sem prejuízo de outras constantes no edital e seus anexos. Atuante nos segmentos artísticos e culturais relativos à inscrição realizada com comprovação obrigatória conforme os quadros descritos no item 5 (demonstrada por contratos anteriores, notas fiscais apresentações públicas, registros em plataformas de streaming e redes sociais, dentre outras similaridades).

- a)** Ser considerado como artista ou entidade local, conforme apresentação documental, que comprove a sua habilidade artística;
- b)** Estar em dia com as suas obrigações legais e fiscais perante o Município, Estado e União;
- c)** Possuir habilidade artística necessária para a atividade cultural para a qual se credenciar;
- d)** Concordar com o valor de remuneração definida pela Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo.



5.2 Se o proponente se inscrever em mais de um segmento dos campos de atuação disponíveis, será necessária comprovação de atuação em cada segmento escolhido.

5.3 Os campos de atuação, suas respectivas atividades e descrições nas quais é possível se credenciar são as seguintes:

5.3.1 CAMPO DE ATUAÇÃO: ARTES CÊNICAS

| ARTISTA/PROFISSIONAL | DESCRIÇÃO | UND | DURAÇÃO |
|-------------------------------------|--|------|---------------|
| Apresentação de circo | A apresentação circense consiste em espetáculo de caráter popular, composto por números variados, como malabarismo, acrobacias, equilibrismo, palhaçaria e performances cômicas, podendo incluir interação com o público. O serviço compreende a execução do espetáculo artístico, com elenco e equipamentos próprios, observadas as condições técnicas e de segurança. Constituído de, no mínimo, 04 integrantes. O grupo deverá possuir experiência comprovada na realização de espetáculos e apresentações de circo | SERV | Mínima 01h |
| Apresentação de teatro | A apresentação teatral consiste em espetáculo de artes cênicas, com encenação ao vivo, interpretação de personagens e desenvolvimento de narrativa proposta pelo órgão demandante, podendo abordar diferentes gêneros e temáticas. É voltada a públicos diversos, e pode ser realizada em teatros, espaços culturais ou áreas públicas adaptadas, observadas as condições técnicas. Constituído de, no mínimo, 05 integrantes. O grupo deverá possuir experiência comprovada na realização de espetáculos e apresentações de teatro. | SERV | Mínima 1h |
| Apresentação de teatro de fantoches | Atuação de grupo de teatro de fantoches, composto por mínimo de 03 integrantes, inserido no campo de artes-cênicas, responsável pela realização de apresentações cênicas utilizando fantoches como linguagem artística principal, integrando interpretação, | SERV | Mínima 1h |



| | | | |
|-----------------------|--|-------|--------------|
| | narrativa, manipulação, voz e elementos visuais. A atividade visa promover a fruição cultural, o estímulo à imaginação, a educação artística e o acesso às artes cênicas por públicos diversos, especialmente infantil e familiar. O grupo deverá possuir experiência comprovada na realização de espetáculos e apresentações na linguagem do teatro de fantoches. | | |
| Intervenção artística | Intervenção artística no campo das artes cênicas, realizada por grupo com no mínimo 6 integrantes, composta por ações performáticas e cênicas, com possibilidade de interação com o público, destinada a espaços públicos ou culturais, conforme condições do credenciamento. O grupo deverá possuir experiência comprovada na realização de espetáculos, apresentações e ações na área de intervenção artística. | SERV. | Mínima 1h |
| Artista circense | Atuação de artista circense, inserido(a) no campo das artes cênicas, responsável por realizar apresentações circenses que podem envolver técnicas como malabarismo, acrobacia, equilibrismo, palhaçaria, entre outras linguagens do circo. A atuação visa promover o acesso às artes do circo, valorizar essa expressão artística tradicional e contemporânea e proporcionar entretenimento e fruição cultural ao público. O(a) profissional deverá possuir experiência comprovada na realização de apresentações circenses ou atividades artísticas correlatas. | SERV | Mínima 1h |
| Ator/atriz | Atuação de atores/atrizes para apresentações, inseridos(as) no campo das artes cênicas, responsáveis por realizar performances cênicas solo, monólogos, intervenções teatrais ou leituras dramáticas, conforme a proposta artística ou a demanda do projeto. A atuação visa valorizar a interpretação individual, promover a linguagem teatral e ampliar o acesso do público às artes cênicas. Os(as) profissionais deverão possuir experiência comprovada na realização de apresentações individuais, | SERV | Mínima 1h |



| | | | |
|----------------------------|---|-------|---------------|
| | monólogos ou atividades cênicas correlatas. | | |
| Artista de personagem vivo | Atuação de profissional de personagem vivo, inserido(a) no campo das artes cênicas, responsável por realizar interpretações presenciais de personagens conforme a demanda do órgão demandante, podendo envolver performances teatrais, interações com o público e ações de animação cultural. A atuação visa enriquecer atividades culturais, educativas ou institucionais por meio da interpretação cênica e da vivência artística. O(a) profissional deverá possuir experiência na realização de performances cênicas, animação cultural ou atividades correlatas. | SERV | Mínima 01h |
| Performance drag queen | Atuação em apresentação de performance Drag Queen, inserida no campo de artes-cênicas, caracterizada pela realização de espetáculo performático que integra interpretação artística, expressão corporal, dublagem ou canto, dança, figurino, maquiagem e elementos cênicos próprios da linguagem Drag. A atividade visa promover a diversidade cultural, a liberdade de expressão, a fruição artística e o respeito à pluralidade de identidades, contribuindo para o fortalecimento das artes performáticas contemporâneas. O(a) artista deverá possuir experiência comprovada na realização de apresentações, performances ou intervenções artísticas no segmento Drag. | SERV | Mínima 1h |
| Animador cultural | Atuação de animador(a) cultural, inserido(a) no campo das artes cênicas, responsável por conduzir e dinamizar atividades culturais, recreativas e artísticas, promovendo interação com o público por meio de performances, jogos cênicos, mediação cultural e ações de animação, conforme a proposta do evento ou a demanda do projeto. A atuação visa estimular a participação do público, fortalecer a vivência cultural e ampliar o acesso às artes cênicas em diferentes | SERV. | Mínima 1h |



| | | | |
|----------------------------------|--|-------|---------------|
| | contextos. O(a) profissional deverá possuir experiência comprovada na realização de atividades de animação cultural, performances cênicas ou ações artísticas correlatas. | | |
| Pintura facial artística | Atuação de profissional de pintura facial artística, inserido(a) no campo de artes cênicas, responsável pela criação e aplicação de pinturas faciais com finalidade artística, cênica e lúdica, adequadas a diferentes contextos culturais, educativos e performáticos. A atuação contribui para a composição visual de espetáculos, intervenções artísticas, eventos culturais e atividades voltadas a diversos públicos, valorizando a expressividade estética e a interação com o público. O(a) profissional deverá possuir experiência comprovada na realização de pintura facial artística em eventos, espetáculos, oficinas ou ações culturais, sendo que os materiais necessários para a execução da atividade serão cedidos pelo órgão demandante. | SERV. | Mínima 1h |
| Dançarino (hip-hop) | Atuação de dançarino(a) de HIP-HOP, inserido(a) no campo das artes cênicas, responsável por realizar apresentações de dança urbana que envolvem estilos e técnicas do hip-hop, como breaking, popping, locking ou freestyle, com performance individual. A atuação visa promover a cultura hip-hop, valorizar a expressão corporal contemporânea e estimular o acesso às artes urbanas. O(a) profissional deverá possuir experiência comprovada na realização de apresentações de dança hip-hop | SERV | Mínima 01h |
| Bailarino/Dançarino (Solista) | Atuação de bailarino(a)/dançarino(a) solista, inserido(a) no campo das artes cênicas, responsável por realizar apresentações de dança solo, explorando técnicas, expressão corporal e interpretação artística conforme a linguagem proposta. A atuação visa promover a fruição da dança, valorizar a performance individual e ampliar o acesso do público às artes do corpo por meio de | SERV | Mínima 1h |



| | | | |
|--------------------------------|--|-------|---------------|
| | apresentações cênicas. O(a) profissional deverá possuir experiência comprovada na realização de apresentações de dança solo ou atividades artísticas correlatas. | | |
| Grupo de dança (contemporânea) | Atuação de grupo de dança no estilo contemporâneo, composto por, no mínimo, 05 integrantes, inserido no campo das artes cênicas, responsável por realizar apresentações coreográficas que exploram a expressão corporal, a pesquisa de movimento e a linguagem artística contemporânea. A atuação visa promover a fruição da dança contemporânea, estimular a reflexão estética e ampliar o acesso às artes do corpo. O grupo deverá possuir experiência comprovada na realização de apresentações de dança contemporânea. | SERV | Mínima 01h |
| Grupo de dança (clássica) | Atuação de grupo de dança no estilo clássico, composto por 10 integrantes, inserido no campo das artes cênicas, responsável por realizar apresentações coreográficas baseadas nas técnicas da dança clássica/ballet, com rigor técnico, expressão artística e interpretação cênica. A atuação visa promover a fruição da dança clássica, valorizar essa linguagem tradicional e ampliar o acesso do público às artes do corpo. O grupo deverá possuir experiência comprovada na realização de apresentações de dança clássica ou atividades artísticas correlatas. | SERV | Mínima 1h |
| Grupo de dança (street-dance) | Atuação de grupo de dança no estilo STREET DANCE, composto por, no mínimo, 05 integrantes, inserido no campo das artes cênicas, responsável por realizar apresentações coreográficas baseadas nas danças urbanas, com ênfase em ritmo, expressão corporal e identidade cultural. A atuação visa promover a cultura das danças de rua, valorizar a diversidade artística contemporânea e ampliar o acesso às artes urbanas. O grupo deverá possuir experiência comprovada na realização de apresentações de street dance | SERV. | Mínima 01h |



| | | | |
|----------------------------|---|-------|---------------|
| Grupo de dança (populares) | Atuação de grupo de dança popular especializado em danças populares, composto por, no mínimo, 10 componentes, inserido no campo das artes cênicas, responsável por realizar apresentações coreográficas que valorizem manifestações tradicionais da cultura popular brasileira, por meio de movimentos, ritmos, figurinos e expressões corporais características. A atuação visa promover a preservação e a difusão das danças populares, fortalecer a identidade cultural e ampliar o acesso do público às expressões tradicionais por meio da linguagem cênica. O grupo deverá possuir experiência comprovada na realização de apresentações de danças populares ou atividades artísticas correlatas. | SERV. | Mínima 01h |
| Grupo de dança (hip-hop) | Atuação de grupo de dança estilo hip-hop, composto por, no mínimo, 05 integrantes, inserido no campo de artes-cênicas, responsável pela realização de apresentações coreográficas que envolvem técnicas e estilos do hip-hop, como breaking, popping, locking e danças urbanas correlatas. A atividade visa promover a fruição artística, a valorização da cultura urbana, a expressão corporal e a difusão das manifestações contemporâneas da dança. O grupo deverá possuir experiência comprovada na realização de apresentações, espetáculos ou intervenções artísticas no segmento de dança hip-hop. | SERV | Mínima 1h |

5.3.2 CAMPO DE ATUAÇÃO: ARTE-EDUCAÇÃO

| ARTISTA/PROFISSIONAL | DESCRIÇÃO | UND | DURAÇÃO |
|---------------------------------|---|------|---------|
| Oficineiro – educação ambiental | Atuação de oficineiro(a) no campo da arte-educação, responsável por ministrar oficina de educação ambiental, com duração mínima de 01 (uma) hora, utilizando metodologias pedagógicas e recursos artísticos voltados à sensibilização, conscientização e reflexão sobre temas ambientais. O(a) profissional | SERV | Mínima |



| | | | |
|--|--|-------|--------------|
| | deverá possuir experiência comprovada na condução de oficinas ou atividades educativas correlatas, visando promover o aprendizado participativo, a formação cidadã e a valorização da sustentabilidade ambiental em contextos culturais e educacionais. | | 2h |
| Oficineiro – Criação com materiais reutilizados do mar | Atuação de oficineiro(a) de criação com materiais reutilizados, inserido(a) no campo da arte-educação, responsável por ministrar oficinas voltadas à produção artística com uso de materiais reutilizáveis, tendo como temática a arte do mar. A atividade visa estimular a criatividade, a consciência ambiental e a reflexão sobre sustentabilidade, reaproveitamento de resíduos e preservação dos oceanos, por meio de práticas artísticas educativas. O(a) profissional deverá possuir experiência comprovada na realização de oficinas de criação artística, educação ambiental ou ações educativas correlatas. | SERV | Mínima 2h |
| Oficineiro – Contação de histórias e literatura oceânica | Atuação de oficineiro(a) contador(a) de histórias e literatura com temática da cultura oceânica, inserido(a) no campo da arte-educação, responsável por conduzir oficinas que integrem contação de histórias, leitura e mediação literária, abordando narrativas, lendas, poesias e textos inspirados no mar e na cultura oceânica. A atividade visa estimular o interesse pela leitura, valorizar saberes tradicionais e promover a educação ambiental e cultural por meio da literatura. O(a) profissional deverá possuir experiência comprovada na realização de oficinas, contação de histórias ou ações literárias e educativas correlatas. | SERV | Mínima 2h |
| Oficineiro – Jogos educativos | Atuação de oficineiro(a) de jogos educativos, inserido(a) no campo da arte-educação, responsável por planejar e ministrar oficinas que utilizem jogos pedagógicos, lúdicos e interativos como ferramentas de aprendizagem. A atividade visa estimular o raciocínio, a criatividade, a cooperação e o desenvolvimento cognitivo | SERV. | Mínima |



| | | | |
|---|---|------|--------------|
| | e social dos participantes, integrando educação, arte e ludicidade. O(a) profissional deverá possuir experiência comprovada na realização de oficinas educativas, atividades lúdico-pedagógicas ou ações formativas correlatas. | | 2h |
| Oficineiro – percussão | Atuação de oficineiro(a) em percussão, inserido(a) no campo da arte-educação, responsável por ministrar oficinas de prática percussiva, abordando ritmos, técnicas e instrumentos de percussão, com foco na musicalização, expressão rítmica e vivência coletiva. A atividade visa estimular a criatividade, a coordenação motora, o trabalho em grupo e o acesso à música por meio de práticas educativas. O(a) profissional deverá possuir experiência comprovada na realização de oficinas de percussão, atividades musicais ou ações educativas correlatas. | SERV | Mínima 2h |
| Oficineiro – Expressão corporal e teatro | Atuação de oficineiro(a) de expressão corporal e teatro, inserido(a) no campo da arte-educação, responsável por ministrar oficinas que utilizem técnicas teatrais e práticas de expressão corporal como ferramentas pedagógicas. A atividade visa estimular a criatividade, a comunicação, a consciência corporal e o desenvolvimento expressivo dos participantes, promovendo a integração entre arte, educação e vivência cênica. O(a) profissional deverá possuir experiência comprovada na realização de oficinas de teatro, expressão corporal ou ações educativas correlatas. | SERV | Mínima 2h |
| Oficineiro – Desenho e pintura | Atuação de oficineiro(a) de desenho e pintura, inserido(a) no campo da arte-educação, responsável por ministrar oficinas voltadas ao desenvolvimento de habilidades artísticas por meio de técnicas de desenho e pintura, utilizando diferentes materiais e suportes. A atividade visa estimular a criatividade, a expressão visual e o aprendizado artístico dos participantes, promovendo o acesso às artes visuais em contextos educativos e culturais. O(a) profissional deverá possuir experiência | SERV | Mínima 2h |



| | | | |
|-------------------------------------|---|------|--------------|
| | comprovada na realização de oficinas de artes visuais, desenho, pintura ou ações educativas correlatas. | | |
| Oficineiro – Argila e esculturas | Atuação de oficineiro(a) de argila e pintura, inserido(a) no campo da arte-educação, responsável por ministrar oficinas que integrem práticas de modelagem em argila e técnicas de pintura, estimulando a experimentação artística e o desenvolvimento da expressão manual e criativa dos participantes. A atividade visa promover o contato com materiais artísticos, incentivar a sensibilidade estética e ampliar o acesso às artes visuais por meio de processos educativos. O(a) profissional deverá possuir experiência comprovada na realização de oficinas de artes manuais, modelagem em argila, pintura ou ações educativas correlatas. | SERV | Mínima 2h |
| Oficineiro – Luz e sombra | Atuação de oficineiro(a) de luz e sombra, inserido(a) no campo da arte-educação, responsável por ministrar oficinas que explorem a utilização da luz e da sombra como elementos artísticos e pedagógicos, por meio de experimentações visuais, projeções, recortes e criação de imagens e narrativas. A atividade visa estimular a criatividade, a percepção visual e a compreensão de conceitos básicos de arte, ciência e expressão cênica, promovendo experiências educativas sensoriais e interdisciplinares. O(a) profissional deverá possuir experiência comprovada na realização de oficinas artísticas, cênicas ou educativas correlatas. | SERV | Mínima 2h |
| Oficineiro – Artesanato | Atuação de oficineiro(a) artesanato inserido(a) no campo da arte-educação, responsável por ministrar oficinas artesanais utilizando materiais definidos conforme a demanda do órgão demandante, podendo abranger diferentes técnicas e saberes tradicionais ou contemporâneos do artesanato. A atividade visa estimular a criatividade, valorizar o fazer manual, promover a transmissão de conhecimentos artesanais | SERV | Mínima 2h |



| | | | |
|---|---|------|--------------|
| | e ampliar o acesso às práticas artísticas e culturais. O(a) profissional deverá possuir experiência comprovada na realização de oficinas de artesanato, atividades manuais ou ações educativas correlatas. | | |
| Oficineiro – investigação científica | Atuação de oficineiro(a) de investigação científica com temática do oceano, inserido(a) no campo da arte-educação, responsável por ministrar oficinas educativas que estimulem a curiosidade, a observação e o pensamento científico, abordando temas relacionados ao oceano, seus ecossistemas, biodiversidade e importância ambiental. A atividade poderá integrar metodologias investigativas, experimentações práticas e abordagens interdisciplinares, promovendo a educação científica aliada à sensibilização ambiental. O(a) profissional deverá possuir experiência comprovada na realização de oficinas educativas, atividades de investigação científica ou ações formativas correlatas. | SERV | Mínima 2h |
| Oficineiro – Produção audiovisual | Atuação de oficineiro(a) de produção audiovisual, inserido(a) no campo da arte-educação, responsável por ministrar oficinas voltadas à introdução e ao desenvolvimento de práticas de produção audiovisual, abrangendo etapas como roteiro, captação de imagem e som, edição e linguagem audiovisual. A atividade visa estimular a criatividade, o pensamento crítico e o uso educativo das mídias, promovendo o acesso às linguagens audiovisuais como forma de expressão artística e comunicacional. O(a) profissional deverá possuir experiência comprovada na realização de oficinas audiovisuais, projetos educativos ou atividades correlatas. | SERV | Mínima 2h |
| Oficineiro – produção artística | Atuação de oficineiro(a) de produção artística, inserido(a) no campo da arte-educação, responsável por ministrar oficinas voltadas ao desenvolvimento de processos criativos e à produção de trabalhos artísticos, podendo abranger | SERV | |



| | | | |
|---------------------------|--|------|---------------|
| | diferentes linguagens e técnicas conforme a proposta pedagógica. A atividade visa estimular a criatividade, a expressão artística e a formação cultural dos participantes, promovendo o acesso às artes por meio de práticas educativas. O(a) profissional deverá possuir experiência comprovada na realização de oficinas artísticas, atividades educativas ou ações culturais correlatas. | | Mínima 02h |
| Oficineiro – dramaturgia | Atuação de oficineiro(a) de dramaturgia, inserido(a) no campo da arte-educação, responsável por ministrar oficinas voltadas à criação e desenvolvimento de textos dramáticos, abordando elementos da dramaturgia como estrutura narrativa, construção de personagens, diálogos e escrita cênica. A atividade visa estimular a criatividade, a expressão escrita e o pensamento crítico, promovendo o acesso à linguagem teatral por meio de práticas educativas. O(a) profissional deverá possuir experiência comprovada na escrita dramática, formação teatral ou realização de oficinas e ações educativas correlatas | SERV | Mínima 2h |
| Oficineiro – Cultura afro | Atuação de oficineiro(a) de cultura afro, inserido(a) no campo da arte-educação, responsável por ministrar oficinas educativas que abordem expressões artísticas, históricas e culturais da população afro-brasileira e africana, incluindo música, dança, literatura, religiosidade e tradições populares. A atividade visa valorizar a identidade cultural afro, promover a inclusão social, o respeito à diversidade e estimular o aprendizado por meio de práticas educativas e culturais. O(a) profissional deverá possuir experiência comprovada na realização de oficinas, ações educativas ou projetos culturais | SERV | Mínima 2h |



| | | | |
|--|---|------|-------------------|
| | relacionados à cultura afro. | | |
| Oficineiro – maquiagem artística | Atuação de oficineiro(a) de maquiagem artística, inserido(a) no campo da arte-educação, responsável por ministrar oficinas voltadas ao aprendizado e à prática de técnicas de maquiagem artística, incluindo caracterização, efeitos visuais, pintura facial e corporal, e criação de personagens. A atividade visa estimular a criatividade, a expressão artística e a experimentação estética, promovendo o acesso às artes visuais e cênicas por meio de práticas educativas. O(a) profissional deverá possuir experiência comprovada na realização de oficinas de maquiagem artística, caracterização ou ações educativas correlatas. | SERV | Mínima 2h |
| Palestrante – Educação ambiental | Atuação de palestrante no campo da arte-educação, responsável por ministrar oficina/palestra sobre educação ambiental, com duração mínima de 01 (uma) hora, utilizando abordagens educativas e recursos pedagógicos que promovam a conscientização, a reflexão crítica e o engajamento do público sobre sustentabilidade e preservação ambiental. O(a) profissional deverá possuir formação e experiência comprovada na realização de palestras, oficinas ou atividades educativas correlatas, contribuindo para a formação cidadã e a disseminação de conhecimentos socioambientais em contextos culturais e educacionais. | SERV | Z Mínima 1h |
| Palestrante Educação ambiental e mudanças climáticas | Atuação de palestrante no campo da arte-educação, responsável por ministrar oficina/palestra sobre educação ambiental e mudanças climáticas, com duração, utilizando | SERV | |



| | | | |
|---|---|------|--------------|
| | abordagens educativas e recursos pedagógicos que promovam a conscientização, a reflexão crítica e o engajamento do público sobre sustentabilidade, preservação ambiental e impactos das mudanças climáticas. O(a) profissional deverá possuir formação O(a) profissional deverá possuir formação e experiência comprovada na realização de palestras, oficinas ou atividades educativas correlatas, contribuindo para a formação cidadã e a disseminação de conhecimentos socioambientais em contextos culturais e educacionais. | | Mínima 1h |
| Palestrante – Tecnologia | Atuação de palestrante com temática em tecnologia, inserido(a) no campo da arte-educação, responsável por ministrar palestras e/ou oficinas que abordem temas relacionados à tecnologia, inovação e seus impactos na educação, na cultura e na sociedade. A atividade visa promover a reflexão crítica, a inclusão digital e o uso criativo das tecnologias como ferramentas educativas e de expressão artística. O(a) profissional deverá possuir formação e experiência comprovada na realização de palestras com foco em tecnologia ou áreas correlatas. | SERV | Mínima 1h |
| Palestra – Fomento a cultura folclórica | Atuação de palestrante especialista em fomento à cultura folclórica, inserido(a) no campo de arte-educação, responsável por ministrar palestras e atividades formativas voltadas à valorização, preservação e difusão das manifestações folclóricas tradicionais. A atuação contempla abordagens educativas sobre identidade cultural, memória social, saberes populares, políticas de fomento cultural e estratégias de fortalecimento das expressões folclóricas no contexto comunitário e educacional. O(a) profissional deverá possuir formação e | SERV | Mínima 1h |



| | | | |
|--|---|-------|--------------|
| | experiência comprovada em atividades de formação, palestras, projetos culturais ou ações educativas relacionadas à cultura folclórica. | | |
| Palestrante – Elaboração de portfólio artístico e cultural | Atuação de palestrante especialista em elaboração de portfólio artístico e cultural, inserido(a) no campo da arte-educação, responsável por ministrar palestras orientadas à organização, apresentação e qualificação de portfólios artísticos e culturais, abordando aspectos conceituais, técnicos e estratégicos. A atividade visa capacitar artistas e agentes culturais para a valorização de seus trabalhos, fortalecimento da trajetória profissional e ampliação de oportunidades no setor cultural. O(a) profissional deverá possuir formação e experiência comprovada na elaboração de portfólios, formação cultural ou atividades educativas correlatas. | SERV | Mínima 1h |
| Palestrante – trabalho circense | Atuação de palestrante especialista em trabalho circense, inserido(a) no campo da arte-educação, responsável por ministrar palestras que abordem fundamentos, práticas e processos formativos das artes circenses, podendo contemplar aspectos históricos, técnicos, pedagógicos e de segurança. A atividade visa promover a difusão do circo como linguagem artística, fortalecer a formação cultural e incentivar o desenvolvimento de habilidades criativas por meio das artes circenses. O(a) profissional deverá possuir formação e experiência comprovada em atividades circenses, formação artística ou ações educativas correlatas. | SERV. | Mínima 1h |
| Palestrante – trabalho teatral | Atuação de palestrante especialista em trabalho teatral, inserido(a) no campo da arte-educação, responsável por ministrar palestras que abordem fundamentos, técnicas e processos criativos do teatro, podendo contemplar aspectos históricos, pedagógicos e práticos da linguagem teatral. A atividade visa promover a formação cultural, estimular a expressão artística e fortalecer o conhecimento sobre | SERV | Mínima 1h |



| | | | |
|-----------------------------------|---|------|--------------|
| | o teatro como ferramenta educativa e social. O(a) profissional deverá possuir experiência e formação comprovada em atividades teatrais, formação artística ou ações educativas correlatas. | | |
| Palestrante – patrimônio cultural | Atuação de palestrante especialista em patrimônio cultural, inserido(a) no campo da arte-educação, responsável por ministrar palestras que abordem conceitos, práticas e políticas relacionadas à preservação, valorização e difusão do patrimônio cultural material e imaterial. A atividade visa promover a educação patrimonial, fortalecer a consciência cultural e estimular o reconhecimento da memória social e das identidades culturais. O(a) profissional deverá possuir formação e experiência em atividades relacionadas ao patrimônio cultural, formação cultural ou ações educativas correlatas. | SERV | Mínima 1h |
| Palestrante – mercado da dança | Atuação de palestrante especialista em mercado da dança, inserido(a) no campo da arte-educação, responsável por ministrar palestras que abordem aspectos profissionais, econômicos e de gestão da carreira na área da dança, incluindo oportunidades de atuação, produção cultural, circulação de trabalhos e inserção no mercado artístico. A atividade visa orientar e capacitar profissionais e estudantes da dança, promovendo o desenvolvimento profissional e o fortalecimento do setor cultural. O(a) profissional deverá possuir formação e experiência comprovada em atuação no mercado da dança, formação artística ou ações educativas correlatas. | SERV | Mínima 1h |
| Palestrante – mercado audiovisual | Atuação de palestrante especialista em mercado audiovisual, inserido(a) no campo da arte-educação, responsável por ministrar palestras que abordem aspectos profissionais, criativos e de gestão do setor audiovisual, incluindo produção, circulação, financiamento, distribuição e inserção no mercado de trabalho. A atividade visa orientar e capacitar | SERV | Mínima |



| | | | |
|---|--|------|--------------|
| | profissionais, estudantes e agentes culturais, promovendo o desenvolvimento de competências e o fortalecimento do campo audiovisual. O(a) profissional deverá possuir formação e experiência comprovada em atuação no mercado audiovisual, formação artística ou ações educativas correlatas. | | 1h |
| Palestrante – turismo cultural | Atuação de palestrante especialista em turismo cultural, inserido(a) no campo da arte-educação, responsável por ministrar palestras que abordem a relação entre cultura, patrimônio, identidade e turismo, destacando práticas de valorização cultural, desenvolvimento sustentável e promoção de territórios por meio do turismo cultural. A atividade visa ampliar o conhecimento sobre o tema, estimular a formação cultural e contribuir para o fortalecimento de ações educativas e culturais vinculadas ao turismo. O(a) profissional deverá possuir formação e experiência comprovada em atuação no turismo cultural, formação cultural ou ações educativas correlatas. | SERV | Mínima 1h |
| Palestrante – empreendedorismo cultural negro | Atuação de palestrante especialista em empreendedorismo cultural negro, inserido(a) no campo da arte-educação, responsável por ministrar palestras que abordem estratégias, práticas e desafios do empreendedorismo cultural a partir das experiências e saberes da cultura negra, incluindo gestão, produção, economia criativa e fortalecimento de iniciativas culturais afro-brasileiras. A atividade visa promover a formação, o empoderamento e a valorização da cultura negra, contribuindo para o desenvolvimento sustentável de projetos culturais e para a redução das desigualdades no setor cultural. O(a) profissional deverá possuir formação e experiência comprovada em atuação no empreendedorismo cultural, formação cultural ou ações educativas correlatas. | SERV | Mínima 1h |
| Palestrante – museologia | Atuação de palestrante especialista em | SERV | |



| | | | |
|--|--|------|--------------|
| | Museologia, inserido(a) no campo da arte-educação, responsável por ministrar palestras que abordem fundamentos, práticas e políticas museológicas, incluindo preservação, curadoria, educação museal, memória e patrimônio cultural. A atividade visa promover a formação cultural, ampliar o conhecimento sobre museus e fortalecer a relação entre patrimônio, educação e sociedade. O(a) profissional deverá possuir formação e experiência comprovada em atuação museológica, formação cultural ou atividades educativas correlatas. | | Mínima 1h |
| Palestrante – cultura LGBT | Atuação de palestrante especialista em cultura LGBT+, inserido(a) no campo da arte-educação, responsável por ministrar palestras que abordem aspectos históricos, artísticos, sociais e culturais da comunidade LGBT+, promovendo inclusão, valorização da diversidade e respeito aos direitos humanos. A atividade visa estimular a reflexão crítica, o diálogo e a formação cidadã. O(a) profissional deverá possuir formação e experiência comprovada em atividades educativas, culturais ou de formação relacionadas à temática LGBT+ | SERV | Mínima 1h |
| Palestrante – fomento literário e poesia | Atuação de palestrante especialista em fomento literário e poesia, inserido(a) no campo de arte-educação, responsável por ministrar palestras e atividades formativas voltadas ao incentivo à leitura, à produção literária e à valorização da poesia como linguagem artística e educativa. A atuação contempla reflexões sobre mediação de leitura, processos criativos, políticas e ações de fomento literário, formação de leitores e escritores, bem como o fortalecimento da literatura no contexto educacional e comunitário. O(a) profissional deverá possuir formação e experiência em palestras, projetos literários, ações educativas ou iniciativas de promoção da leitura e da poesia. | SERV | Mínima 1h |
| Palestra- Mercado digital | Atuação de palestrante especialista em | SERV | |



| | | | |
|------------------|--|------|--------------|
| artístico | mercado digital artístico, inserido(a) no campo de arte-educação, responsável por ministrar palestras e atividades formativas voltadas à compreensão e ao desenvolvimento de estratégias de atuação no ambiente digital para artistas e agentes culturais. A atuação abrange temas como divulgação artística em plataformas digitais, produção e circulação de conteúdos culturais, direitos autorais, monetização, marketing cultural, uso de redes sociais e ferramentas digitais aplicadas à arte e à cultura. O(a) profissional deverá possuir FORMAÇÃO E experiência comprovada em atividades formativas, palestras, projetos ou ações relacionadas ao mercado digital artístico. | | Mínima 1h |
| Mediador | Atuação de mediador(a), inserido(a) no campo da arte-educação, responsável por facilitar processos de diálogo, escuta e interação entre participantes, conteúdos artísticos e ações educativas, atuando na mediação cultural, pedagógica ou artística conforme a proposta do projeto. A atividade visa promover a participação, o acesso ao conhecimento, a reflexão crítica e a vivência educativa por meio da arte e da cultura. O(a) profissional deverá possuir formação e experiência comprovada em mediação cultural, atividades educativas ou ações formativas correlatas. | SERV | Mínima 1h |
| Roda de conversa | Atuação de profissional para condução de roda de conversa, especialista em cultura LGBTQ+, inserido(a) no campo de arte-educação, responsável por mediar encontros formativos e dialógicos voltados à promoção da diversidade, do respeito, da inclusão e da valorização das identidades e expressões de gênero e sexualidade. A atuação contempla reflexões educativas sobre cultura LGBTQ+, direitos culturais, representatividade, produção artística, memória social e enfrentamento às discriminações, utilizando metodologias participativas e acessíveis. O(a) profissional deverá possuir formação e | SERV | Mínima 1h |



| | | | |
|--|---|--|--|
| | experiência comprovada na condução de rodas de conversa, ações educativas, palestras ou projetos culturais relacionados à temática LGBT+. | | |
|--|---|--|--|

5.3.3 CAMPO DE ATUAÇÃO: ARTES-VISUAIS

| ARTISTA/PROFISSIONAL | DESCRIÇÃO | UND | DURAÇÃO |
|------------------------|---|-------|---------------|
| Expositor artístico | Atuação de expositor(a) artístico(a), inserido(a) no campo das artes visuais, responsável pela realização de exposição de obras produzidas a partir de materiais reciclados, com criações inspiradas no mar e na cultura oceânica. A exposição visa promover a sustentabilidade, a consciência ambiental e a valorização da arte contemporânea por meio do reaproveitamento de materiais, estimulando reflexões sobre preservação dos oceanos e responsabilidade socioambiental. O(a) expositor(a) deverá possuir experiência comprovada na realização de exposições artísticas ou atividades correlatas. | SERV. | Mínimo 04h |
| Expositor fotografias | Atuação de profissional expositor(a) de fotografias, inserido(a) no campo das artes visuais, responsável pela curadoria, montagem e apresentação de exposições fotográficas, com obras autorais e/ou temáticas, em espaços culturais ou institucionais. A atuação visa promover a difusão da fotografia como linguagem artística, valorizar a expressão visual e ampliar o acesso do público às artes visuais. O(a) profissional deverá possuir experiência comprovada na realização de exposições fotográficas, projetos visuais ou atividades artísticas correlatas. | SERV | Mínima 2h |
| Expositor cultura afro | Atuação de expositor(a) de cultura afro, inserido(a) no campo das artes visuais, responsável por apresentar obras, instalações ou produções artísticas que expressem elementos da cultura afro-brasileira e africana, incluindo tradições, símbolos, narrativas e estética visual. A atividade visa valorizar a identidade | SERV | Mínima |



| | | | |
|------------|--|------|---------------|
| | cultural afro, promover o acesso às artes visuais e estimular a reflexão sobre diversidade, memória e patrimônio cultural. O(a) profissional deverá possuir experiência comprovada na realização de exposições, apresentações artísticas ou projetos culturais correlatos à cultura afro. | | 2h |
| Video arte | Atuação de profissional de videoarte, inserido(a) no campo das artes visuais, responsável pela criação, produção e apresentação de obras de videoarte conforme a demanda do órgão demandante, podendo envolver linguagens audiovisuais experimentais, projeções, instalações ou exposições artísticas. A atuação visa promover a difusão da videoarte, explorar novas formas de expressão visual e ampliar o acesso às artes visuais por meio de recursos tecnológicos e criativos. O(a) profissional deverá possuir experiência comprovada na realização de trabalhos em videoarte, produções audiovisuais artísticas ou atividades correlatas. | SERV | Mínima 02h |

5.3.4 CAMPO DE ATUAÇÃO: LITERATURA

| ARTISTA/PROFISSIONAL | DESCRIÇÃO | UND | DURAÇÃO |
|-----------------------|--|------|--------------|
| Leitura dramatizada | Atuação de profissional de leitura dramatizada, inserido(a) no campo da literatura, responsável por realizar interpretações expressivas de textos literários, como contos, crônicas, poesias, trechos de obras clássicas ou contemporâneas, utilizando recursos vocais e corporais para dar vida às narrativas. A atividade visa estimular o interesse pela leitura, promover o acesso à literatura e valorizar a oralidade como forma de fruição literária. O(a) profissional deverá possuir experiência comprovada na realização de leituras dramatizadas ou atividades literárias correlatas. | SERV | Mínima 1h |
| Contador de histórias | Atuação de profissional contador(a) de histórias, inserido(a) no campo da literatura, responsável por narrar histórias, | SERV | |



| | | | |
|----------------------------|---|------|--------------|
| | contos, lendas e narrativas literárias, utilizando técnicas de oralidade, expressão corporal e recursos cênicos para estimular a imaginação e o interesse do público pela leitura. A atividade visa promover o acesso à literatura, valorizar a tradição oral e contribuir para a formação cultural e educativa dos participantes. O(a) profissional deverá possuir experiência comprovada na realização de atividades de contação de histórias ou ações literárias correlatas. | | Mínima 1h |
| Performance literária | Atuação de profissional de performance literária, inserido(a) no campo da literatura, responsável por apresentar textos literários por meio de interpretações performáticas que integrem leitura, oralidade, expressão corporal e recursos cênicos. A atividade visa ampliar as formas de fruição da literatura, estimular o interesse pela leitura e valorizar a produção literária em suas diversas linguagens. O(a) profissional deverá possuir experiência comprovada na realização de performances literárias ou atividades culturais correlatas. | UND | Mínima 1h |
| Escritor | Atuação de profissional escritor(a), inserido(a) no campo da literatura, responsável pela criação, desenvolvimento e apresentação de obras literárias, como contos, crônicas, poesias, romances ou outros gêneros textuais, bem como pela participação em atividades literárias, como debates, leituras e encontros com o público. A atuação visa promover a produção literária, incentivar o hábito da leitura e contribuir para o fortalecimento da cultura literária. O(a) profissional deverá possuir experiência comprovada na atividade de escrita literária ou em ações culturais correlatas | SERV | Mínima 1h |
| Roda Literária tema oceano | Atuação de grupo de rodas literárias, com mínimo de 03 integrantes, com contação de histórias, poesias, cordéis, crônicas e relatos inspirados no oceano, inserido no campo da literatura, responsável por promover encontros literários que | SERV | |



| | | | |
|--|--|--|--------------|
| | valorizem a oralidade, a leitura e a produção textual, tendo o mar e os ambientes costeiros como eixo temático. A atividade visa estimular o interesse pela literatura, fortalecer a identidade cultural e promover reflexões sobre memória, território e meio ambiente. O grupo deverá possuir experiência comprovada na realização de rodas literárias, contação de histórias ou ações culturais correlatas. | | Mínima 1h |
|--|--|--|--------------|

5.3.5 CAMPO DE ATUAÇÃO: MEMÓRIA SOCIAL E PATRIMÔNIO CULTURAL

| ARTISTA/PROFISSIONAL | DESCRIÇÃO | UND | DURAÇÃO |
|---|--|-------|-------------------|
| Dança de quadrilha tradicional | A intervenção artística será executada por grupo composto por, no mínimo, 20 integrantes, com coreografias típicas, figurinos característicos e encenação temática que remete às festas juninas, promovendo o resgate histórico, a identidade cultural e a preservação das expressões culturais tradicionais da comunidade. O grupo deverá possuir experiência comprovada na realização de apresentações ou atividades correlatas na dança de quadrilha tradicional. | SERV | Mínima 30 min. |
| Apresentação cordões/blocos carnavalescos | A atividade será realizada por grupo composto por, no mínimo, 20 participantes, com desfile organizado, repertório musical, instrumentos musicais e elementos visuais característicos, promovendo a preservação das tradições carnavalescas, o fortalecimento da identidade cultural e a participação comunitária e turística. O grupo deverá possuir experiência comprovada na realização de apresentações de cordões/blocos carnavalescos. | SERV | Mínima 3h |
| Fanfarra de folias de reis | Atuação de banda/fanfarra de Folia de Reis, composta por, no mínimo, 06 integrantes, inserida no campo da memória social e patrimônio cultural, responsável por realizar apresentações musicais e coreográficas tradicionais, incluindo | SERV. | Mínima 1h |



| | | | |
|-------------------|--|------|--------------|
| | cantos, ritmos, instrumentos e encenações típicas dessa manifestação popular. A atividade visa preservar, valorizar e difundir a Folia de Reis como expressão do patrimônio cultural imaterial brasileiro, fortalecendo a identidade cultural e a transmissão intergeracional da tradição. O grupo deverá possuir experiência comprovada na realização de apresentações culturais dessa natureza. | | |
| Grupo reis de boi | Atuação de grupo Reis de Boi, composto por, no mínimo, 06 integrantes, inserido no campo da memória social e patrimônio cultural, responsável por realizar apresentações tradicionais que integrem cantos, danças, encenações e elementos folclóricos característicos dessa manifestação popular. A atividade visa preservar, valorizar e difundir a cultura dos Reis de Boi como expressão do patrimônio cultural imaterial brasileiro, fortalecendo a identidade local, a memória coletiva e a transmissão intergeracional da tradição. O grupo deverá possuir experiência comprovada na realização de apresentações ou atividades culturais relacionadas aos Reis de Boi. | SERV | Mínima 1h |
| Grupo de capoeira | Atuação de grupo de capoeira, composto por no mínimo, 10 integrantes, inserido no campo da memória social e patrimônio cultural, responsável por realizar apresentações e rodas de capoeira, integrando música, canto, dança e elementos corporais dessa tradição afro-brasileira. A atividade visa preservar, valorizar e difundir a capoeira como expressão cultural e patrimônio imaterial, promovendo a transmissão de saberes tradicionais, a identidade cultural e o fortalecimento da memória social. O grupo deverá possuir experiência comprovada na realização de apresentações, aulas ou atividades culturais relacionadas à capoeira. | SERV | Mínima 1h |
| Grupo de afoxé | Atuação de grupo Afoxé, composto por, no mínimo, 06 integrantes, inserido no campo | | |



| | | | |
|------------------------|--|------|--------------|
| | da memória social e patrimônio cultural, responsável por realizar apresentações musicais e coreográficas que expressem tradições do Afoxé, integrando canto, percussão, dança e elementos da cultura afro-brasileira. A atividade visa preservar, valorizar e difundir o Afoxé como expressão do patrimônio cultural imaterial, fortalecendo a identidade cultural, a memória coletiva e a transmissão intergeracional dessa manifestação. O grupo deverá possuir experiência comprovada na realização de apresentações ou atividades culturais relacionadas ao Afoxé. | SERV | Mínima 1h |
| Grupo de dança do coco | Atuação de grupo de dança do Coco, composto por, no mínimo, 6 integrantes, inserido no campo da memória social e patrimônio cultural, responsável por realizar apresentações que integrem dança, cantos, ritmos e elementos característicos da tradição do Coco, manifestação popular do Nordeste brasileiro. A atividade visa preservar, valorizar e difundir a dança do Coco como expressão do patrimônio cultural imaterial, fortalecendo a identidade cultural, a memória coletiva e a transmissão intergeracional dessa prática. O grupo deverá possuir experiência comprovada na realização de apresentações ou atividades culturais relacionadas à dança do Coco. | SERV | Mínima 1h |

5.3.6 CAMPO DE ATUAÇÃO: MÚSICA

| ARTISTA/PROFISSIONAL | DESCRIÇÃO | UND | DURAÇÃO |
|------------------------|---|------|--------------|
| Cantor solo estilo MPB | Apresentação musical de cantor solo no estilo Música Popular Brasileira (MPB), com interpretação vocal com instrumento ao vivo de repertório autoral e/ou consagrado do gênero, valorizando a riqueza melódica, poética e cultural da música brasileira. A performance individual visa promover a difusão da MPB, o fortalecimento da identidade cultural nacional e o entretenimento do público, | SERV | Mínima 2h |



| | | | |
|------------------------------|---|------|----------------|
| | adequada a eventos culturais e institucionais. Com experiência comprovada na área. | | |
| Cantor solo estilo POP | Apresentação musical de cantor solo no estilo POP, com interpretação vocal com instrumento ao vivo de repertório nacional e/ou internacional do gênero, caracterizado por linguagem contemporânea e ampla aceitação do público. A apresentação visa promover a difusão da música popular, incentivar a diversidade cultural e proporcionar entretenimento. Com experiência comprovada na área. | SERV | Mínima 02h |
| Cantor solo estilo GOSPEL | Apresentação musical de cantor solo no estilo GOSPEL, com interpretação vocal com instrumento ao vivo de repertório característico do gênero, voltado à música cristã contemporânea e tradicional. A apresentação visa promover a difusão da música gospel, valorizar a expressão cultural e espiritual do gênero e proporcionar momentos de reflexão e entretenimento. Com experiência comprovada na área. | SERV | Mínima 2h |
| Cantor solo estilo RAP | Apresentação musical de cantor solo no estilo RAP, com performance vocal ao vivo de repertório autoral e/ou consagrado do gênero, caracterizado por rimas, ritmo e forte conteúdo narrativo e social. A apresentação visa promover a difusão da cultura hip-hop, valorizar a expressão artística urbana e proporcionar entretenimento e reflexão ao público. Com experiência comprovada na área. | SERV | Mínima 2h |
| Instrumentista – saxofonista | Apresentação musical de instrumentista saxofonista, com execução ao vivo de repertório instrumental compatível com o evento e o perfil do público, podendo abranger gêneros diversos da música brasileira e internacional. A performance visa valorizar a música instrumental, destacar a técnica e a expressividade do saxofone e proporcionar ambientação musical e entretenimento. Com experiência comprovada na área. | SERV | Mínima 1h30 |
| Coral – Concerto | Apresentação musical de coral em formato | SERV | |



| | | | |
|--|---|-------|----------------|
| | de concerto, composto por, no mínimo, 20 integrantes, com execução vocal coletiva de repertório erudito e/ou popular, nacional e/ou internacional, organizada em arranjos harmônicos e regência adequada. A apresentação visa promover a difusão da música coral, valorizar a prática do canto coletivo e contribuir para o fortalecimento da cultura musical. Com experiência comprovada na área. | | Mínima 1h30 |
| Banda musical estilo AXÉ – Categoria I | Apresentação musical de banda no estilo AXÉ, composta por, no mínimo, 6 integrantes, com execução ao vivo de repertório característico do gênero, marcado por ritmos dançantes e forte interação com o público. Com experiência comprovada na área. | SERV | Mínima 2h |
| Banda musical estilo AXÉ – Categoria II | Apresentação musical de banda no estilo AXÉ, composta por, no mínimo, 6 integrantes, com execução ao vivo de repertório característico do gênero, marcado por ritmos dançantes e forte interação com o público. Com experiência comprovada na área. | SERV | Mínima 2h |
| Banda musical estilo marchinhas | Apresentação musical de banda no estilo marchinhas de carnaval, composta por no mínimo, 6 integrantes, com execução ao vivo de repertório tradicional do gênero, caracterizado por melodias populares e letras festivas. A apresentação visa valorizar a memória cultural do carnaval brasileiro, promover a preservação das tradições musicais e proporcionar entretenimento ao público em eventos culturais, festivos e institucionais. Com experiência comprovada na área. | SERV. | Mínima 2h |
| Banda musical estilo MPB Categoria I | Apresentação musical de banda no estilo Música Popular Brasileira (MPB), composta por, no mínimo, 6 integrantes, com execução ao vivo de repertório autoral e/ou consagrado do gênero, valorizando a diversidade rítmica, melódica e poética da música brasileira. A apresentação visa promover a difusão da MPB, o fortalecimento da identidade cultural nacional e o entretenimento do público. | SERV. | Mínima 02h |



| | | | |
|---|---|-------|---------------|
| | Com experiência comprovada na área. | | |
| Banda musical estilo MPB Categoria II | Apresentação musical de banda no estilo Música Popular Brasileira (MPB), composta com, no mínimo, 6 integrantes, com execução ao vivo de repertório autoral e/ou consagrado do gênero, valorizando a diversidade rítmica, melódica e poética da música brasileira. A apresentação visa promover a difusão da MPB, o fortalecimento da identidade cultural nacional e o entretenimento do público. Com experiência comprovada na área. | SERV | Mínima 02h |
| Banda musical estilo SAMBA - Categoria I | Apresentação musical de banda no estilo SAMBA, composta por no mínimo, 6 integrantes, realizando execução ao vivo de repertório característico do gênero, incluindo sambas tradicionais e contemporâneos. A apresentação visa promover a difusão da música popular brasileira, valorizar o samba como expressão cultural e patrimônio imaterial e proporcionar entretenimento ao público. Com experiência comprovada na área. | SERV | Mínima 02h |
| Banda musical estilo POP/ROCK Categoria I | Apresentação musical de banda no estilo POP/ROCK, composta por, no mínimo, 6 integrantes, com execução ao vivo de repertório nacional e/ou internacional do gênero, caracterizado por sonoridade contemporânea e forte apelo popular. A apresentação visa promover a difusão da música, incentivar a diversidade cultural e proporcionar entretenimento ao público. Com experiência comprovada na área. | SERV. | Mínima 02h |
| Banda musical estilo PAGODE Categoria I | Apresentação musical de banda no estilo PAGODE, composta por, no mínimo, 6 integrantes, com execução ao vivo de repertório característico do gênero, marcado por ritmos envolventes e forte interação com o público. A apresentação visa promover a difusão da música popular brasileira, valorizar a cultura do samba e do pagode e proporcionar entretenimento. Com experiência comprovada na área. | SERV. | Mínima 02h |
| Banda musical estilo PAGODE | Apresentação musical de banda no estilo PAGODE, composta por, no mínimo, 6 integrantes, com execução ao vivo de | SERV | |



| | | | |
|--|--|-------|---------------|
| Categoria II | repertório característico do gênero, marcado por ritmos envolventes e forte interação com o público. A apresentação visa promover a difusão da música popular brasileira, valorizar a cultura do samba e do pagode e proporcionar entretenimento. Com experiência comprovada na área. | | Mínima 02h |
| Banda musical estilo SERTANEJO Categoria I | Apresentação musical de banda no estilo SERTANEJO, composta por, no mínimo, 6 integrantes, com execução ao vivo de repertório característico do gênero, abrangendo músicas autorais e/ou consagradas do sertanejo tradicional e contemporâneo. A apresentação visa promover a difusão da música popular brasileira, valorizar a cultura sertaneja e proporcionar entretenimento ao público. Com experiência comprovada na área. | SERV. | Mínima 02h |
| Banda musical estilo SERTANEJO Categoria II | Apresentação musical de banda no estilo SERTANEJO, composta com, no mínimo, de 6 integrantes, com execução ao vivo de repertório característico do gênero, abrangendo músicas autorais e/ou consagradas do sertanejo tradicional e contemporâneo. A apresentação visa promover a difusão da música popular brasileira, valorizar a cultura sertaneja e proporcionar entretenimento ao público. Com experiência comprovada na área. | SERV. | Mínima 02h |
| Banda musical estilo FORRÓ Categoria I | Apresentação musical de banda no estilo FORRÓ, composta, no mínimo, 6 integrantes, com execução ao vivo de repertório característico do gênero, valorizando ritmos tradicionais e contemporâneos do forró. A apresentação visa promover a difusão da música popular brasileira, preservar as tradições culturais nordestinas e proporcionar entretenimento ao público. Com experiência comprovada na área. | SERV. | Mínima 02h |
| Banda musical estilo BOSSA NOVA Categoria I | Apresentação musical de banda no estilo BOSSA NOVA, composta por, no mínimo, 6 integrantes, com execução ao vivo de repertório autoral e/ou consagrado do gênero, caracterizado por harmonias sofisticadas, ritmo suave e interpretação | SERV. | Mínima |



| | | | |
|--|---|------|---------------|
| | refinada. A apresentação visa promover a difusão da música brasileira, valorizar a Bossa Nova como expressão cultural reconhecida nacional e internacionalmente e proporcionar entretenimento de qualidade. Com experiência comprovada na área. | | 02h |
| Banda musical estilo GOSPEL Categoria I | Apresentação musical de banda no estilo GOSPEL, composta por, no mínimo, 6 integrantes, com execução ao vivo de repertório característico do gênero, abrangendo músicas cristãs tradicionais e contemporâneas. A apresentação visa promover a difusão da música gospel, valorizar sua expressão cultural e espiritual e proporcionar momentos de reflexão e entretenimento. Com experiência comprovada na área. | SERV | Mínima 02h |
| Banda musical estilo ROCK Categoria I | Apresentação musical de banda no estilo ROCK, composta por, no mínimo, 6 integrantes, com execução ao vivo de repertório nacional e/ou internacional do gênero, caracterizado por sonoridade marcante e forte presença de palco. A apresentação visa promover a difusão da música, valorizar a diversidade cultural e proporcionar entretenimento ao público. Com experiência comprovada na área. | SERV | Mínima 02h |
| Banda musical estilo LATINO Categoria I | Atuação de banda de estilo latino, composta por, no mínimo, 06 integrantes, inserida no campo da música, responsável por realizar apresentações de repertório latino, incluindo ritmos como salsa, merengue, bachata, samba, cumbia e outros estilos afins, com execução instrumental e vocal. A atividade visa promover a fruição musical, valorizar a diversidade cultural e ampliar o acesso do público às expressões musicais latino-americanas. A banda deverá possuir experiência comprovada na realização de apresentações musicais, shows ou atividades correlatas. | SERV | Mínima 2h |
| Banda musical estilo | Atuação de banda de estilo chorinho, composta por, no mínimo, 06 integrantes, | SERV | |



| | | | |
|---|---|------|--------------|
| CHORINHO Categoria I | inserida no campo da música, responsável por realizar apresentações de repertório típico do chorinho, executando ritmos, melodias e improvisações característicos do gênero, com instrumentos e interpretação musical adequados. A atividade visa promover a fruição musical, valorizar o patrimônio musical brasileiro e ampliar o acesso do público às expressões da música popular instrumental. A banda deverá possuir experiência comprovada na realização de apresentações musicais, shows ou atividades correlatas. | | Mínima 2h |
| Banda musical estilo INFANTIL Categoria I | Atuação de banda de estilo infantil, composta por, no mínimo, 06 integrantes, inserida no campo da música, responsável por realizar apresentações de repertório voltado ao público infantil, incluindo canções educativas, lúdicas e culturais, com execução instrumental e vocal adequada à faixa etária. A atividade visa promover o acesso à música, estimular a aprendizagem, a criatividade e a fruição artística entre crianças, além de valorizar a produção musical direcionada ao público infantil. A banda deverá possuir experiência comprovada na realização de apresentações musicais, shows ou atividades correlatas. | SERV | Mínima 2h |
| Banda musical estilo FUNK Categoria I | Atuação de grupo musical no estilo funk, composto por, no mínimo, 03 integrantes, inserido no campo da música, responsável pela realização de apresentações musicais com repertório característico do funk brasileiro, valorizando a expressão cultural urbana, o ritmo, a dança e a interação com o público. A atuação visa promover a fruição musical, a diversidade cultural e o acesso às manifestações contemporâneas da música popular. O grupo deverá possuir experiência comprovada na realização de apresentações, shows ou atividades musicais correlatas. | SERV | Mínima 2h |
| Banda musical estilo HIP- | Atuação de grupo musical no estilo hip-hop, composto por, no mínimo, 03 integrantes, inserido no campo da música, | SERV | |



| | | | |
|--------------------|--|--|--------------|
| HOP Categoria I | responsável pela realização de apresentações musicais que integrem rap, beats, rimas, performance vocal e elementos da cultura hip-hop. A atuação visa promover a fruição musical, a valorização da cultura urbana, a expressão artística e o fortalecimento de narrativas sociais e culturais contemporâneas. O grupo deverá possuir experiência comprovada na realização de apresentações, shows ou atividades musicais correlatas | | Mínima 1h |
|--------------------|--|--|--------------|

5.3.7 A previsão da Categoria I e atividades que não demandam enquadramento por categoria, é destinada a artistas e profissionais com experiência em eventos de pequeno e médio porte, justificando-se pela necessidade de assegurar a execução adequada de serviços culturais que apresentam menor complexidade técnica e operacional, mas que ainda assim exigem capacidade mínima de organização, responsabilidade e domínio da atividade desempenhada. Muitas ações promovidas pela Administração Pública, como intervenções artísticas, apresentações, oficinas e manifestações culturais locais, não se enquadram, necessariamente, na lógica de classificação por porte de público ou estrutura, mas requerem profissionais com experiência compatível para garantir a qualidade da entrega e o atendimento ao interesse público. Nesse contexto, a exigência de comprovação de experiência para a Categoria I ou sem enquadramento por categoria, não possui caráter restritivo, mas sim orientador, visando assegurar que os credenciados possuam vivência prática suficiente para execução das atividades propostas, ainda que em ambientes de menor exigência técnica. A medida contribui para a redução de riscos na execução contratual, para a padronização mínima de qualidade e para a adequada alocação dos profissionais conforme a natureza de cada demanda.

5.3.7.1 Ressalta-se que tal previsão observa os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e ampla competitividade, nos termos da Lei nº 14.133/2021, não impondo exigências excessivas e permitindo a participação de artistas em diferentes níveis de experiência, inclusive em atividades que, por sua natureza, não exigem classificação por porte de evento.

5.3.8 A categoria II, destinada a artistas e profissionais com comprovação de experiência em eventos de grande porte, justifica-se pela necessidade de assegurar a adequada



execução de apresentações inseridas em contextos que envolvem maior complexidade operacional, elevado número de público e exigências técnicas mais rigorosas. Eventos dessa natureza demandam não apenas qualidade artística, mas também domínio de palco, adaptação a estruturas profissionais de som e iluminação, cumprimento de cronogramas e interação com equipes técnicas multidisciplinares. Assim, a exigência de experiência prévia compatível visa mitigar riscos de falhas na execução contratual, garantir a eficiência na prestação do serviço e preservar o interesse público, especialmente quanto à segurança, organização e qualidade das programações culturais.

5.3.8.1 Ressalta-se que tal categorização não possui caráter restritivo ou eliminatório, mas sim orientador, permitindo que a Administração Pública direcione a contratação conforme o porte e a complexidade de cada evento, em observância aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021 e Decretos Municipais.

5.3.9 Eventos de grande porte: consideram-se eventos com público estimado superior a 1000 pessoas, com estrutura ampliada de palco, sonorização e iluminação de maior porte, maior complexidade técnica e operacional.

5.3.10 Eventos de pequeno e médio porte: consideram-se eventos com público estimado de até 1000 pessoas, com estrutura simplificada de palco, sonorização compatível, menor complexidade técnica e/ou duração reduzida.

5.4 O interessado arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do credenciamento.

5.5 A participação neste credenciamento implica em concordância e aceitação de todas as exigências.

5.6 Não poderão participar deste credenciamento as empresas que:

- a)** Encontrarem-se em situação de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionem no País.
- b)** Estiverem suspensas para licitar e contratar com a Administração Pública Municipal.
- c)** Forem declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal.
- d)** Não entregar a totalidade dos documentos exigidos.



5.7 Poderá ser apresentada inscrição para todos os campos de atuação/atividades de acordo com as exigências do Termo de referência, desde que apresentado com material comprovante para inscrição.

5.8 A definição dos credenciados habilitados a ordem de chamamento ocorrerá pela aceitação de toda documentação e avaliada pela Comissão de Contratação, de acordo com a entrega dos documentos solicitados conforme item 7.

5.9 Fica vedada a participação no presente credenciamento de servidores públicos integrantes da Administração Pública Municipal, direta ou indireta, na condição de artistas ou profissionais das artes e cultura, seja de forma direta, como pessoa física, seja de forma indireta, por intermédio de pessoa jurídica da qual o servidor seja sócio, administrador, dirigente ou exerça influência na execução do objeto.

5.10 É vedada a cessão ou transferência do Credenciamento, total ou parcial, bem como a subcontratação parcial do objeto.

6- EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1 Forma, Prazo e Local:

6.1.1 Os serviços deverão ser prestados nos locais e horários definidos na Ordem de Fornecimento. O credenciamento terá início a partir da publicação do Edital até o fim da sua vigência de 12 (doze) meses da publicação de abertura do edital. A credenciada deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessário à perfeita execução contratual, conforme disposto neste Termo de Referência. Ficarão a cargo do artista/profissional a disponibilização de instrumentos musicais, equipamentos, vestuário, bem como todo e qualquer material necessário à sua apresentação, salvo o que for de responsabilidade da Prefeitura de Arraial do Cabo, além do pagamento de todas as taxas, encargos e tributos, de qualquer esfera governamental, entidades reguladoras que forem exigidos para a apresentação, com exceção do ECAD.

6.1.1.1 Conforme tratado no item 6.1.1, a estrutura de responsabilidade da prefeitura será:

- a) Palco, tendo suas dimensões e características definidas em conformidade com o evento;
- b) Sistema de sonorização, sendo suas especificações e características definidas em conformidade com a necessidade do artista/profissional e o evento;
- c) Sistema de iluminação, sendo suas especificações e características definidas em conformidade com a necessidade do artista/profissional e o evento;



d) estrutura de camarim, sendo suas especificações e características definidas em conformidade com a necessidade do artista/profissional e o evento.

6.1.2 Para fins de planejamento da contratação, e considerando que a Administração Pública Municipal figura como promotora dos eventos, fica definido que os custos relativos ao pagamento dos direitos autorais (ECAD) serão integralmente arcados pela Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo, por meio dos órgãos demandantes responsáveis por cada evento ou ação cultural, não compondo tais valores a remuneração dos profissionais credenciados.

6.1.3 Os serviços serão executados no dia da apresentação para a qual o artista/profissional for formalmente convocado, de acordo com os prazos, datas e condições previstas em cada uma das convocações. A convocação formal de que trata este item equivale à ordem de serviços, para todas as finalidades legais, e deverá ser encaminhada diretamente ao artista.

6.1.4 O credenciamento não gera direito à contratação, ficando condicionada à definição da programação dos eventos, previsão orçamentária e lista de credenciados. Ficando exclusivamente a critério da Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo a definição da conveniência e da oportunidade em fazê-lo. A divulgação das listas de credenciamento não impõe à administração a obrigação de celebrar Contrato de Prestação de Serviços, ficando a cargo desta Prefeitura a definição da conveniência e da oportunidade para definição de data para assinatura do contrato.

6.1.5 A apresentação presencial deverá ocorrer na data, local, horário e duração mencionados na programação a ser definida pelo Órgão demandante da contratação.

6.1.6 O presente Edital sendo prorrogado será estabelecido novo calendário de eventos e ações, que será publicado nos meios oficiais, para estabelecer os procedimentos correspondentes ao período prorrogado.

6.2 As apresentações serão realizadas presencialmente, com duração estipulada no item 5.3.

6.3 Todos os artistas/profissionais que se inscreverem no presente Credenciamento dentro dos campos de atuação e atividades disponíveis (item 5.3), e tiverem suas inscrições habilitadas pela Comissão de contratação no prazo de até 10 (dez) dias após o lançamento do edital de credenciamento, participarão de um sorteio, que tem por objeto a definição de um ranking para cada campo de atuação-atividade prevista no item 5.3. O



ranking a ser obtido através do sorteio norteará as contratações a serem realizadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO, respeitando a natureza do evento e a posição em que o CREDENCIADO se encontrar na fila para contratação.

6.3.1 Os artistas/profissionais que se inscreverem após o sorteio passarão a integrar o ranking após a colocação do último credenciado sorteado.

6.4 A convocação deverá acontecer com prévia de pelo menos 15 (quinze) dias a data do evento. E na hipótese de não haver disponibilidade por parte do músico, este retornará para o fim da fila de convocação, e aguardar nova convocação.

6.5. A PREFEITURA DE ARRAIAL DO CABO, através dos Órgãos participantes poderá realizar nova contratação de credenciado já anteriormente contratado somente quando este figurar como único habilitado na fila de credenciados, dentro do respectivo campo de atuação/atividade objeto da necessidade administrativa, devidamente registrada nos autos.

6.5.1 Havendo mais de um credenciado habilitado no mesmo campo de atuação/atividade, a Administração deverá observar os critérios objetivos de alternância, isonomia e impessoalidade, vedada a repetição da contratação do mesmo credenciado enquanto existirem outros aptos a serem convocados.

6.6 Na hipótese de inexistência de profissionais credenciados habilitados, ou quando os credenciados existentes não atenderem às condições técnicas, operacionais ou de disponibilidade necessárias ao atendimento da demanda, o órgão demandante poderá, de forma excepcional e devidamente motivada, adotar outro meio legal de contratação, inclusive a contratação direta, nos termos dos arts. 74 ou 75 da Lei nº 14.133/2021, conforme o caso.

6.6.1 A adoção de contratação diversa do credenciamento deverá ser formalmente justificada nos autos, acompanhada da comprovação da necessidade administrativa, da inviabilidade de atendimento pela fila de credenciados, da justificativa de preços e do parecer jurídico, observados os princípios da legalidade, motivação, isonomia e interesse público.

6.7 O credenciado terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinatura do contrato ou do instrumento equivalente, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.



6.7.1 O prazo previsto no item 6.7 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

6.7.2 A convocação será realizada, obrigatoriamente, pelo Diário Oficial e, opcionalmente, pelo site oficial da Prefeitura de Arraial do Cabo.

6.8 A lista dos credenciados habilitados em cada atividade, será divulgada semanalmente no Diário Oficial do Município e em sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo (www.arraial.rj.gov.br), bem como, quando cabível, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, permanecendo permanentemente atualizada durante toda a vigência do credenciamento. A divulgação observará os critérios definidos neste Termo de Referência e no Edital, contendo a relação dos habilitados por atividade, a posição na fila de convocação e, quando houver, os registros de descredenciamento, suspensão, recusa ou substituição, assegurando transparência, publicidade e isonomia entre os credenciados.

7 - DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

7.1 Poderão participar do credenciamento:

7.1.1. Pessoa Física: maior de 18 (dezoito) anos ou emancipado.

7.1.1.1 No caso de emancipação, deverá ser providenciada toda a documentação exigida pela legislação pertinente, incluindo o Alvará Judicial emitido pelo Juizado da Infância e Juventude, não sendo admitido o protocolo de solicitação.

7.1.2 Pessoa Jurídica: dotada de natureza cultural em atividade com experiência na área de atuação, conforme descrito no item 5.3, com capacidade técnica, idoneidade econômico-financeira e regularidade jurídico-fiscal.

7.1.2.1 Profissionais representados por uma Pessoa Jurídica, desde que tenham descrito no contrato social e cartão de CNPJ atividades congêneres à área, averiguada a compatibilidade da Classificação Nacional das Atividades Econômicas com o objeto final da contratação.

7.1.2.2 Grupos e Coletivos representados por Empresários Exclusivos: Grupos e Coletivos em atividade com experiência na área de atuação conforme descrito no item 5.3, representados por Pessoa Física (CPF) ou Jurídica (CNPJ).



7.2 Não será admitida a participação de pessoas físicas ou jurídicas que estejam suspensas temporariamente de participar e de licitar com a Administração Pública ou os declarados inidôneos, na forma dos incisos III e IV do art. 156 da Lei 14.133/2021.

7.3 É vedada a participação de proponentes que se enquadram no Art.14, da Lei 14.133/21.

7.4 Os valores relativos à arrecadação e ao pagamento dos direitos autorais de execução pública musical junto ao ECAD serão de responsabilidade da Prefeitura de Arraial do Cabo, por meio dos órgãos demandantes, não integrando tais custos o valor da contratação. Compete, entretanto, exclusivamente ao contratado providenciar e apresentar as autorizações necessárias para a execução das obras musicais, quando exigidas, bem como assegurar que o repertório apresentado esteja regular quanto aos direitos de seus titulares, respondendo por eventuais irregularidades decorrentes do descumprimento dessa obrigação.

7.5 Ao se inscrever no credenciamento o proponente declara que todas as informações prestadas são verdadeiras, que os elementos ou qualquer tipo de trabalho utilizado ou incluído no serviço prestado não violam qualquer direito de uso de imagem ou de propriedade intelectual de terceiros, concordando em assumir exclusiva responsabilidade legal por reclamação, ação judicial ou litígio, seja direta ou indiretamente, decorrente da exibição ou uso dos trabalhos.

7.6 Entende - se por ARTISTA/PROFISSIONAL CREDENCIADO HABILITADO todos os artistas/profissionais INSCRITOS que atenderem adequadamente todos os requisitos e apresentarem todas as documentações exigidas.

7.7 Documentos de habilitação para credenciamento:

7.7.1 Pessoa física (artista/profissional individual)

7.7.1.1 REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO E DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO devidamente preenchido (ANEXO I).

7.7.1.2 FORMULÁRIO DE DADOS CADASTRAIS devidamente preenchido (ANEXO II).

7.7.1.3 DECLARAÇÃO DE USO DA IMAGEM devidamente preenchido (ANEXO III)

7.7.1.4 Documentos pessoais:

I Cópia da cédula de Identidade civil;

II Cópia do CPF;

III Cópia de endereço residencial atualizado (emissão máxima 90 dias)



a) O comprovante de endereço a ser apresentado deve estar em nome do proponente. Em não havendo, deverá ser apresentado de forma complementar contrato de locação, ou declaração de residência assinado pelo proprietário do imóvel e proponente, acompanhados de comprovante em nome do declarante.

7.7.1.5 Certidões:

I Certidão negativa de débitos municipal;

II Certidão de débitos Estadual (Em caso de residência no RJ, incluir certidão Procuradoria Geral do Estado);

III Certidão de débitos Federal;

V Certidão de débitos trabalhistas.

7.7.1.6 Documentos de habilitação artística (comprovação de experiência)

I - Curriculum constando perfil e histórico do inscrito, descrevendo as experiências realizadas no âmbito artístico e/ou cultural no campo de atuação a que se pretende cadastrar, levando em consideração a experiência na área de atuação/atividade.

II - Clipping de mídia, com notícias de ações do proponente, publicadas em veículos de comunicação convencionais ou alternativos e materiais de divulgação de atividades anteriores como: folders, cartazes, jornais regionais ou locais, revistas, informativos, redes sociais, dentre outros.

III - Atestados, declarações, contratos, notas fiscais, certificados que comprovem a efetiva atuação do proponente na área artística correspondente.

IV - links eletrônicos (vídeos, redes sociais, plataformas digitais, entre outros).

7.7.1.6.1 A documentação de habilitação artística apresentada no item 7.7.1.6 deverá estar em conformidade com a descrição das categorias definidas nos itens 5.3.7 e 5.3.8.

7.7.2 Grupos representados por pessoa física ou jurídica – agente coletivo/empresário exclusivo.

7.7.2.1 REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO E DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO devidamente preenchido (ANEXO I).

7.7.2.2 FORMULÁRIO DE DADOS CADASTRAIS devidamente preenchido (ANEXO II).

7.7.2.3 DECLARAÇÃO DE USO DA IMAGEM devidamente preenchido (ANEXO III)

7.7.2.4 DECLARAÇÃO DE EXCLUSIVIDADE DO GRUPO COM O REPRESENTANTE. (ANEXO IV)

7.7.2.4.1 O presente instrumento deverá ser registrado em cartório, conforme determina o Acórdão TCU nº 3991/2023.



7.7.2.5 Documentos pessoais do representante do grupo (para pessoa física)

I Cópia da cédula de Identidade civil;

II Cópia do CPF;

III Cópia de endereço residencial atualizado (emissão máxima 90 dias)

a) O comprovante de endereço a ser apresentado deve estar em nome do proponente. Em não havendo, deverá ser apresentado de forma complementar contrato de locação, ou declaração de residência assinado pelo proprietário do imóvel e proponente, acompanhados de comprovante em nome do declarante.

7.7.2.6 Certidões em nome do representante do grupo (pessoa física):

I Certidão negativa de débitos municipal;

II Certidão de débitos Estadual (Em caso de residência no RJ, incluir certidão Procuradoria Geral do Estado);

III Certidão de débitos Federal;

V Certidão de débitos trabalhistas.

7.7.2.7 Documentos representante do grupo (para pessoas jurídicas)

I Ato constitutivo ou contrato social em vigor, devidamente registrado;

II. Comprovante de situação cadastral junto à Receita Federal (CNPJ);

III. Certidão negativa de débitos municipais;

IV. Certidão negativa de tributos estaduais (Em caso de residência no RJ, incluir certidão Procuradoria Geral do Estado);

V. Certidão negativa de tributos federais;

VI. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

VII. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

VIII. Comprovantes de consulta:

a) SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores;

b) CEIS – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas;

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo CNJ;

d) Lista de Inidôneos, mantida pelo TCU

IX Declarações:

a) Declaração de reserva de vagas;

b) Declaração de não emprega menor.

7.7.2.8 Da documentação do grupo a ser representado.



I Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades, bem como ata de eleição e posse da atual diretoria;

II Cópia do documento de identificação do presidente ou representante legal da organização/instituição proponente;

III. Cópia do CPF do representante legal;

IV Comprovante de endereço residencial atualizado do representante legal dos últimos 90 dias.

a) O comprovante de endereço a ser apresentado deve estar em nome do representante legal do proponente. Em não havendo, deverá ser apresentado de forma complementar contrato de locação ou declaração de residência assinado pelo proprietário do imóvel e proponente acompanhados de comprovante em nome do declarante.

7.7.2.9 Habilitação artística do grupo.

7.7.2.9.1 Documentos nos termos do item 7.7.1.6

7.7.3 Pessoa Jurídica

7.7.3.1 REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO E DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO devidamente preenchido (ANEXO I).

7.7.3.2 FORMULÁRIO DE DADOS CADASTRAIS devidamente preenchido (ANEXO II).

7.7.3.3 DECLARAÇÃO DE USO DA IMAGEM devidamente preenchido (ANEXO III).

7.7.3.4 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades, bem como ata de eleição e posse da atual diretoria ou Certificado do MEI - CCMEI, se for o caso.

7.7.3.5 Comprovante de situação cadastral junto à Receita Federal (CNPJ).

7.7.3.6 Certidões:

I. Certidão negativa de débitos municipais;

II. Certidão negativa de tributos estaduais (Em caso de residência no RJ, incluir certidão Procuradoria Geral do Estado);

III. Certidão negativa de tributos federais;

IV. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

V. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

7.7.3.6. Comprovações de consulta:

I. SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores;

II. CEIS – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas;



III. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo CNJ;

IV. Lista de Inidôneos, mantida pelo TCU.

7.7.3.7 Declarações:

I. Declaração de reserva de vagas;

II. Declaração de não emprega menor.

7.7.3.8 Cópia do documento de identificação do presidente ou representante legal da organização/instituição proponente.

7.7.3.9 Cópia do CPF do representante legal.

7.7.3.10 Comprovante de endereço residencial atualizado do representante legal dos últimos 90 dias.

7.7.3.10.1 O comprovante de endereço a ser apresentado deve estar em nome do representante legal do proponente. Em não havendo, deverá ser apresentado de forma complementar contrato de locação ou declaração de residência assinado pelo proprietário do imóvel e proponente acompanhados de comprovante em nome do declarante.

7.7.3.11 Habilitação artística do grupo.

7.7.3.11,1 Documentos nos termos do item 7.7.1.6

7.8 Eventuais irregularidades na documentação e informações enviadas no ato da inscrição, constatadas a qualquer tempo, implicará inabilitação ou desclassificação do proponente, sem prejuízo da aplicação das medidas legais cabíveis.

7.9. Fica estabelecido o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da comunicação ao interessado, para que seja sanada a ausência de quaisquer dos documentos exigidos no ato da inscrição, mediante a devida complementação da documentação. O não atendimento no prazo estipulado implicará no indeferimento do pedido de credenciamento, sem prejuízo de nova inscrição, observadas as condições estabelecidas no instrumento convocatório.

7.10. O ato de inscrição e de credenciamento não implica a sua contratação por parte da PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO

7.11 A documentação solicitada em forma de cópia, poderá ser apresentada em forma simples ou autenticada, estando legível no momento da sua verificação.

7.11.1 Documentos que apresentem assinatura digital, deverão vir acompanhadas de relatório validador de assinaturas digitais.



7.12 A Comissão de Contratação analisará a adequação da documentação às categorias pretendidas, podendo indeferir o enquadramento quando não houver correspondência entre a experiência comprovada e as características definidas para cada categoria (itens 5.3.7 e 5.3.8), sem prejuízo da possibilidade de credenciamento na categoria compatível com a documentação apresentada.

7.13 A documentação de habilitação artística será analisada pela Comissão de Contratação, que verificará a compatibilidade da experiência apresentada com a atividade inscrita, podendo realizar diligência para esclarecimento de informações já constantes dos autos, sem inclusão de documentação nova fora das hipóteses legalmente admitidas.

8. DO DESCRENDECAMENTO

8.1 Ocorrerá o descredenciamento quando:

8.1.1 Por algum motivo o credenciado deixar de atender as condições de habilitação estabelecidas neste Edital de Chamamento Público.

8.1.2 Quando houver descumprimento injustificado do contrato pelo contratado.

8.1.3 Quando houver sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade em desfavor do credenciado, superveniente ao credenciamento.

8.1.4 Na recusa injustificada do credenciado em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido, implicando em seu imediato descredenciamento.

8.1.5 O credenciado poderá solicitar seu descredenciamento a qualquer tempo, mediante o envio de solicitação escrita ao órgão ou entidade contratante, cujo deferimento deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias. O pedido de descredenciamento não desincumbe o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades a eles atreladas, cabendo em casos de irregularidade na execução do serviço a aplicação das sanções definidas neste instrumento.

8.1.6 Quando houver, por quaisquer motivos, a extinção do Contrato.

8.1.7 Quando houver, inabilitação conforme prevê o item 11.

8.2 O descredenciamento será formalizado por meio de **ato motivado** da autoridade competente, publicado no Diário Oficial e no sítio eletrônico oficial da Prefeitura, com ampla publicidade no PNCP quando aplicável, assegurando contraditório e ampla defesa quando cabível [art. 5º, LV, CF/88].

9. DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO



9.1 A Comissão de Contratação, de caráter específico para este credenciamento, nomeada através de Decreto Municipal pelo prefeito de Arraial do Cabo, terá como atribuições:

- I. Analisar a viabilidade técnica das propostas de acordo com os critérios de habilitação e seleção;
- II. Acompanhar o trâmite do credenciamento como um todo;
- III. Acompanhar e realizar o processo de Chamamento Público;
- IV. Realizar e auxiliar nos procedimentos de habilitação e/ou inabilitação, elaboração da lista de habilitados e sua publicação oficial;
- V. Impulsionar os procedimentos administrativos, licitatórios e contratuais;
- VI. Receber e elaborar relatórios para validação e providências administrativas;
- VII. Proceder à inabilitação das pessoas que descumpram as obrigações constantes do Termo de Referência e Edital;
- VIII. Receber as denúncias resultantes do controle social e adotar as providências administrativas para efetivar as consequências delas decorrentes;
- IX. Proceder quanto aos atos de publicidade e transparência;
- X. Resolver os casos omissos.

10 DA HABILITAÇÃO, SORTEIO E RANKING (FILA)

10.1 A comissão de contratação analisará a documentação apresentada e formará lista onde constarão todos os artistas/profissionais regularmente habilitados.

10.1.1 Os artistas/profissionais com inscrições e habilitação realizada no prazo máximo de até 10 (dez) dias após o lançamento do edital de credenciamento participarão do sorteio conforme o item 6.3.

10.1.1.1 Compete a comissão de credenciamento montar o cronograma a partir do lançamento do edital e realizar o sorteio.

10.1.2 Os artistas/profissionais com inscrições e habilitação realizadas após o prazo mencionado no item 10.1.1 serão inseridos no ranking (lista) conforme mencionado no item 6.3.1

10.2 Os interessados poderão desistir do pedido de credenciamento até a publicação do ato que o deferir.

11 DA INABILITAÇÃO

11.1. Será inabilitado pela Comissão de contratação o participante que:



11.1.1. Desatender às exigências do item 5 ou deixar de apresentar a documentação solicitada, apresentá-la incompleta ou em desacordo com as disposições do item 7.

11.1.2. Possua registro de ocorrência que o impeça de licitar e contratar com o do Município de Arraial do Cabo ou que tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração, no âmbito Federal, Estadual e Municipal.

11.2 A inabilitação do participante importará no seu afastamento do processo, não vindo a ser credenciado.

12 DOS RECURSOS CONTRA AS DECISÕES DA COMISSÃO

12.1 Caberá à Comissão de contratação receber, examinar e decidir os eventuais recursos e, quando mantiver sua decisão, encaminhá-los para análise da autoridade competente.

12.1.1 O recurso, com justificativa devidamente fundamentada, deverá ser enviado conforme para o endereço eletrônico: <https://arraial.rj.gov.br> ou pelo e-mail turismo@arraial.rj.gov.br em até 5 (cinco) dias úteis corridos da publicação dos HABILITADOS.

12.1.2 Nos casos em que o recurso for encaminhado à autoridade competente, esta deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.2 Ultimado o julgamento dos recursos ou decorrido o prazo para sua interposição, a autoridade competente homologará o resultado do chamamento público e divulgará as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo seletivo, no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, no Portal da Transparência e no Diário Oficial do Município.

12.3 A decisão da autoridade competente é exauriente administrativamente, não cabendo mais recursos no âmbito deste chamamento público.

12.4 A interposição de recurso não terá efeito suspensivo automático, salvo decisão expressa da Comissão ou da autoridade competente justificando sua concessão.

12 - DEVERES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

12.1 Obrigações da contratada:

I. Estar presente com no mínimo 60 (sessenta) minutos antes do horário previsto para o início da prestação do serviço;

II. Responsabilizar-se por todos os compromissos e despesas decorrentes da execução dos serviços, bem como pelo transporte dos componentes, se for o caso.



III. Encaminhar para a os órgãos responsáveis o rider técnico, mapa de palco e equipamento necessário para realização da atividade em até 05 (cinco) dias corridos contados da contratação.

IV. Informar contato ao órgão responsável para os devidos alinhamentos de produção.

V. Os órgãos responsáveis poderão alterar as datas e os locais dos eventos desde comunique a contratada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, salvo hipótese de caso fortuito ou força maior.

VI. Os Órgãos responsáveis poderão intervir a qualquer momento na realização da prestação do serviço por interesse público em caso do não cumprimento do disposto neste termo de referência.

VII. O interessado arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado da Chamada Pública.

VIII. Deverá acompanhar o vencimento das Certidões enviadas no ato da inscrição, devendo mantê-las atualizadas no ato da convocação.

IX. A participação neste credenciamento implica em concordância e aceitação de todas as condições estabelecidas neste Instrumento Convocatório.

12.2 Obrigações do contratante:

I. Prestar informações e esclarecimentos pertinentes à prestação de serviço e que venham a ser solicitadas pela CONTRATADA.

II. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência.

III. Comunicar prontamente à CONTRATADA, qualquer anormalidade no objeto deste Termo de Referência.

IV. Disponibilizar segurança suficiente para garantir a paz, a ordem do evento e garantir a integridade física dos artistas e de sua equipe.

V. Proceder ao acompanhamento da execução do contrato, na forma da Lei, ficando esclarecido que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do CONTRATANTE não eximirá a CONTRATADA de total responsabilidade na execução do contrato.

13 - DAS PROIBIÇÕES

13.1 A contratada não poderá usar qualquer técnica de apresentação com pirotecnia (fogos de artifícios, sinalizadores ou assemelhados) visando o máximo de segurança do público.



13.2. Durante as apresentações, não poderão ser feitas apologias ao crime, à prática de desrespeito às leis ambientais, às mulheres, às crianças, aos jovens, às pessoas idosas, ao povo preto, aos povos indígenas, aos povos ciganos ou a outros povos e comunidades tradicionais, bem como à população de baixa renda, pessoas com deficiência, discriminação do público LGBTQIA+, ou mesmo que expresse qualquer outra forma de preconceito e desrespeito aos Direitos Humanos ou incentive o uso de drogas.

13.3. Somente será permitida a apresentação de outro artista/profissional no mesmo local e mesmo dia com a expressa autorização da CONTRATANTE e este sem custo a administração pública.

13.4. Nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021, fica expressamente vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado, devendo a execução dos serviços ser realizada diretamente pelo contratado, em razão da natureza personalíssima do objeto e da necessidade de garantia da qualidade técnica e da responsabilidade direta pela prestação dos serviços.

13.4.1. O descumprimento desta vedação ensejará a aplicação das sanções cabíveis, nos termos da legislação vigente e do instrumento contratual, podendo, inclusive, resultar na rescisão do contrato.

14 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 A aplicação de sanção será necessariamente precedida do devido processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

14.2 A inobservância de quaisquer dos preceitos deste chamamento do edital, ou da legislação regente, acarretará ao Credenciado, as seguintes penalidades:

- a) Advertência por escrito;
- b) Cancelamento do credenciamento.

14.3. Sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, garantida a prévia defesa.

14.3.1. Advertência;

14.3.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato em caso de inadimplência total ou parcial do Contrato, ou no caso de rescisão administrativa por ato de sua responsabilidade.

14.3.3. Multa de 1% (um por cento) por dia de atraso na prestação do objeto contratado, sem justificativa aceita pela Administração, calculada sobre o valor do contrato, até o 5.º (quinto) dia útil.



14.3.4. Suspensão do direito de licitar e de contratar com a CONTRATANTE pelo prazo de até 03 (três) anos, dependendo da natureza e gravidade da falta, consideradas as circunstâncias e interesse da própria autarquia; e,

14.3.5 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a CONTRATANTE em função da natureza e gravidade da falta cometida ou em caso de reincidência.

14.4. As multas previstas neste Termo de Referência não têm caráter compensatório, porém, moratório, e consequentemente o pagamento delas não exime a contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à "CONTRATANTE".

14.5. As penalidades acima mencionadas não excluem quaisquer outras previstas em Lei, nem o direito que assiste à "CONTRATANTE" de ressarcir-se das perdas e danos que vier a sofrer.

14.6. Enquanto a contratada não cumprir as condições contratuais estabelecidas, a "CONTRATANTE" reterá seus pagamentos e garantias contratuais.

15- ESTIMATIVA DO VALOR DAS CONTRATAÇÕES

15.1 O custo médio estimado, conforme apresentado no estudo técnico complementar, o total da contratação está para [REDACTED]

[REDACTED], conforme custos médios demonstrados na tabela a seguir.

| ITEM | DESCRIÇÃO | UND MED | QTD | Valor estimado unitario por serviço (R\$) | Valor estimado Total (R\$) |
|------|------------------------------------|------------|-----|---|----------------------------------|
| 01 | Apresentação de circo | SERV | 20 | [REDACTED] | [REDACTED] |
| 02 | Apresentação de teatro | SERV | 24 | [REDACTED] | [REDACTED] |
| 03 | Apresentação de teatro de fantoche | SERV | 01 | [REDACTED] | [REDACTED] |
| 04 | Intervenção artística | SERV | 24 | [REDACTED] | [REDACTED] |
| 05 | Artista Circense | SERV | 23 | [REDACTED] | [REDACTED] |
| 06 | Ator/atriz | SERV | 51 | [REDACTED] | [REDACTED] |
| 07 | Artista personagem vivo | SERV | 04 | [REDACTED] | [REDACTED] |
| 08 | Drag queen | SERV | 03 | [REDACTED] | [REDACTED] |
| 09 | Animador cultural | SERV | 09 | [REDACTED] | [REDACTED] |
| 10 | Pintura facial artística | SERV | 12 | [REDACTED] | [REDACTED] |
| 11 | Dançarino (hip-hop) | SERV | 02 | [REDACTED] | [REDACTED] |
| 12 | Bailarino/Dançarino (solista) | SERV | 22 | [REDACTED] | [REDACTED] |
| 13 | Grupo de dança (contemporânea) | SERV | 03 | [REDACTED] | [REDACTED] |
| 14 | Grupo de dança (clássica) | SERV | 04 | [REDACTED] | [REDACTED] |
| 15 | Grupo de dança (street-dance) | SERV | 02 | [REDACTED] | [REDACTED] |
| 16 | Grupo de dança(populares) | SERV | 40 | [REDACTED] | [REDACTED] |



| | | | | | | | | | |
|----|---|------|----|--|--|--|--|--|--|
| 17 | Grupo de dança (hip-hop) | SERV | 01 | | | | | | |
| 18 | Oficineiro – educação ambiental | SERV | 02 | | | | | | |
| 19 | Oficineiro – criação com materiais reutilizados do mar | SERV | 04 | | | | | | |
| 20 | Oficineiro – contação de história e literatura oceânica | SERV | 04 | | | | | | |
| 21 | Oficineiro – jogos educativos | SERV | 04 | | | | | | |
| 22 | Oficineiro – expressão corporal e teatro | SERV | 04 | | | | | | |
| 23 | Oficineiro – percussão | SERV | 01 | | | | | | |
| 24 | Oficineiro – desenho e pintura | SERV | 03 | | | | | | |
| 25 | Oficineiro – argila e escultura | SERV | 03 | | | | | | |
| 26 | Oficineiro – luz e sombra | SERV | 03 | | | | | | |
| 27 | Oficineiro – artesanato | SERV | 09 | | | | | | |
| 28 | Oficineiro – investigação científica | SERV | 01 | | | | | | |
| 29 | Oficineiro – produção audiovisual | SERV | 01 | | | | | | |
| 30 | Oficineiro -produção artistica | SERV | 01 | | | | | | |
| 31 | Oficineiro – dramaturgia | SERV | 02 | | | | | | |
| 32 | Oficineiro – cultura afro | SERV | 04 | | | | | | |
| 33 | Oficineiro – maquiagem artística | SERV | 04 | | | | | | |
| 34 | Palestrante – educação ambiental | SERV | 02 | | | | | | |
| 35 | Palestrante – educação ambiental e mudanças climáticas | SERV | 02 | | | | | | |
| 36 | Palestrante – tecnologia | SERV | 02 | | | | | | |
| 37 | Palestrante - fomento cultura folclorica | SERV | 01 | | | | | | |
| 38 | Palestrante – elaboração de portfólio | SERV | 02 | | | | | | |
| 39 | Palestrante – trabalho circense | SERV | 01 | | | | | | |
| 40 | Palestrante – trabalho teatral | SERV | 01 | | | | | | |
| 41 | Palestrante – patrimônio cultural | SERV | 10 | | | | | | |
| 42 | Palestrante – mercado da dança | SERV | 01 | | | | | | |
| 43 | Palestrante – mercado audiovisual | SERV | 06 | | | | | | |
| 44 | Palestrante – turismo cultural | SERV | 03 | | | | | | |
| 45 | Palestrante – empreendedorismo cultural negro | SERV | 03 | | | | | | |
| 46 | Palestrante – Museologia | SERV | 02 | | | | | | |
| 47 | Palestrante – cultura LGBT | SERV | 01 | | | | | | |
| 48 | Palestrante – literário e poesia | SERV | 02 | | | | | | |
| 49 | Palestra – mercado digital artístico | SERV | 02 | | | | | | |
| 50 | Mediador | SERV | 23 | | | | | | |
| 51 | Roda de conversa | SERV | 06 | | | | | | |
| 52 | Expositor artístico | SERV | 02 | | | | | | |
| 53 | Expositor fotografias | SERV | 06 | | | | | | |
| 54 | Expositor cultura afro | SERV | 03 | | | | | | |
| 55 | Video arte | SERV | 04 | | | | | | |
| 56 | Leitura dramatizada | SERV | 07 | | | | | | |
| 57 | Contador de história | SERV | 19 | | | | | | |
| 58 | Perfomance literária | SERV | 04 | | | | | | |
| 59 | Escritor | SERV | 04 | | | | | | |
| 60 | Roda literária – oceano | SERV | 02 | | | | | | |



de remuneração constante do item 15.1 deste Termo de Referência. Registra-se que o tempo de apresentação estará previsto no contrato a ser celebrado entre a Prefeitura e a credenciada.

16.2 A responsabilidade dos pagamentos será de cada órgão demandante, mediante a apresentação de nota fiscal/RPA discriminativa referentes à realização dos serviços, devidamente atestada pelos servidores competente e fiscal do contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias.

16.3 Havendo alguma pendência impeditiva do pagamento por parte da contratada, o mesmo fluirá a partir de sua regularização por parte da contratada.

16.4 Ocorrendo atraso no pagamento, desde que este não decorra de ato ou fato atribuível à Contratada, poderá ser aplicada multa de 0,5% sobre o valor da fatura e o débito será atualizado de acordo com o IPCA pro rata die entre a data prevista para o vencimento da fatura até a data do efetivo pagamento.

17-ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1 A despesa decorrente da execução do presente credenciamento ocorrerá à conta dos recursos aprovados para o exercício do ano de 2026.

17.1 Dos recursos orçamentários da Secretaria de Turismo

CÓDIGO NATUREZA: 23.695.0007. 2.222

PROJETO/ATIVIDADE: 3.3.90.00.00.00

FICHA: 139

17.2 Dos recursos orçamentários da Secretaria de Educação, Ciência, Tecnologia, Esporte e Lazer

CÓDIGO NATUREZA: 12.361.00018.2.018

PROJETO/ATIVIDADE: 3.3.90.00.00.00

FICHA: 1302

CÓDIGO NATUREZA: 12.361.00018.2.084

PROJETO/ATIVIDADE: 3.3.90.00.00.00

FICHA: 1339

CÓDIGO NATUREZA: 12.361.00018.2.098

PROJETO/ATIVIDADE: 3.3.90.00.00.00

FICHA: 1381

CÓDIGO NATUREZA: 12.365.0018.2.122

PROJETO/ATIVIDADE: 3.3.90.00.00.00



FICHA: 1460

CÓDIGO NATUREZA: 12.365.0018.2.123

PROJETO/ATIVIDADE: 3.3.90.39.00.00

FICHA: 1465

CÓDIGO NATUREZA: 12.366.0018.2.141

PROJETO/ATIVIDADE: 3.3.90.39.00.00

FICHA: 1526

CÓDIGO NATUREZA: 12.367.0018.2.156

PROJETO/ATIVIDADE: 3.3.90.39.00.00

FICHA: 1567

17.3 Dos recursos orçamentários da Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Renda e Direitos Humanos.

CÓDIGO NATUREZA: 07.001.001.04.122.00001.2005

PROJETO/ATIVIDADE: 3.3.90.36.00.00

FICHA: 963

CÓDIGO NATUREZA: 07.0001.0001.04.122.00001.2005

PROJETO/ATIVIDADE: 3.3.90.39.00.00

FICHA: 964

CÓDIGO NATUREZA: 07.001.002.08.244.0014.2033

PROJETO/ATIVIDADE: 3.3.90.36.00.00

FICHA: 977

CÓDIGO NATUREZA: 07.001.003.08.244.0014.2036

PROJETO/ATIVIDADE: 3.3.90.39.00.00

FICHA: 990

17.4 Dos recursos orçamentários da Secretaria do Ambiente e Saneamento.

PROJETO/ATIVIDADE: 3.3.90.39.00.00

FICHA: 1106

17.5 Dos recursos orçamentários da Secretaria de Cultura e Economia Criativa

PROJETO/ATIVIDADE: 3.3.90.36.00.00

FICHA: 705

PROJETO/ATIVIDADE: 3.3.90.39.00.00

FICHA: 706



18 – MODELO DE GESTÃO DO CREDENCIAMENTO E DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES

18.1 A execução dos serviços artísticos e culturais decorrentes do presente credenciamento será acompanhada e fiscalizada por servidores formalmente designados pelos Órgãos demandantes do credenciamento, os quais atuarão como Gestor e Fiscal das contratações, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

18.2 Compete à fiscalização acompanhar a execução das apresentações, eventos ou serviços culturais contratados, podendo, sempre que necessário, comunicar ao credenciado as ocorrências e deficiências verificadas, com vistas à imediata correção de eventuais irregularidades, bem como registrar os fatos relevantes em relatório próprio, quando cabível, especialmente em caso de prejuízo à Administração, dando ciência ao representante responsável pela gestão da contratação.

18.3 A atuação dos órgãos demandantes, por meio de seus agentes designados, não exclui nem reduz a responsabilidade integral e exclusiva do credenciado quanto à correta execução do objeto contratado, observadas as condições pactuadas e a legislação vigente.

18.4 Das atribuições do Fiscal da contratação

18.4.1 No âmbito das responsabilidades atribuídas ao Fiscal da contratação, sem prejuízo de outras previstas em lei ou em atos normativos internos, competirá:

I – Prestar apoio técnico e operacional ao Gestor da contratação, fornecendo informações pertinentes às suas atribuições;

II – Registrar, no histórico da contratação, todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, indicando as providências necessárias à regularização de falhas ou inconsistências constatadas;

III – Emitir notificações ao credenciado para correção de impropriedades, falhas ou irregularidades, com a fixação de prazo para saneamento;

IV – Informar ao Gestor da contratação, em tempo hábil, as situações que demandem decisões ou providências que extrapolem sua competência;

V – Comunicar imediatamente ao Gestor da contratação quaisquer ocorrências que possam comprometer ou inviabilizar a realização das apresentações ou serviços nas datas e condições estabelecidas;

VI – Fiscalizar a execução do objeto para assegurar o cumprimento das condições pactuadas, visando aos melhores resultados para a Administração, inclusive quanto à



verificação das notas fiscais, recibos e demais documentos exigidos para o pagamento, realizando o ateste do recebimento provisório e encaminhando-os ao Gestor para ratificação;

VII – Comunicar ao Gestor da contratação, com antecedência razoável, o término da vigência da contratação, quando aplicável, para fins de adoção das providências cabíveis;

VIII – Contribuir para a atualização do relatório de riscos durante a fase de execução da contratação;

IX – Auxiliar o Gestor da contratação com informações necessárias à elaboração de documentos comprobatórios da avaliação do cumprimento das obrigações assumidas pelo credenciado;

X – Verificar, quando necessário, a manutenção das condições de habilitação do credenciado, solicitando os documentos comprobatórios pertinentes;

XI – Examinar, quando aplicável, a regularidade no recolhimento das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias relacionadas à execução do objeto.

18.5 – Das atribuições do Gestor da contratação

18.5.1 Compete ao Gestor da contratação, sem prejuízo de outras atribuições previstas em lei ou regulamento:

- a) Promover a juntada, no respectivo processo administrativo, de todos os documentos relativos ao credenciamento e às contratações dele decorrentes;
- b) Coordenar, quando necessário, a elaboração de Plano de Ação ou instrumento equivalente, em conjunto com o credenciado, compatível com a natureza da apresentação ou serviço cultural;
- c) Manter arquivo atualizado com os dados cadastrais e de contato do representante do credenciado, bem como com os documentos pertinentes à sua qualificação;
- d) Registrar os ajustes, orientações ou alinhamentos acordados com o credenciado, promovendo sua formalização e juntada aos autos, quando cabível;
- e) Comunicar à Administração a ocorrência de descumprimento contratual passível de rescisão, aplicação de penalidades ou outras medidas administrativas;
- f) Manter controle dos servidores formalmente designados para o acompanhamento e fiscalização das contratações decorrentes do credenciamento;
- g) Comunicar formalmente ao credenciado eventuais irregularidades constatadas na execução do objeto, fixando prazo para adoção das providências corretivas;



- h) Comunicar ao credenciado acerca de danos eventualmente causados durante a execução do objeto, solicitando as providências reparatórias cabíveis;
- i) Solicitar ao credenciado a atualização de documentos necessários à manutenção das condições de habilitação ou ao atendimento de exigências legais supervenientes;
- j) Informar à Administração, por escrito, o término da vigência das contratações, observando os prazos necessários à adoção de novos procedimentos de contratação, inclusive por inexigibilidade, quando cabível;
- k) Encaminhar o registro e a documentação da contratação à autoridade competente ao término de cada exercício financeiro ou por ocasião do encerramento da contratação, o que ocorrer primeiro, para fins de controle e arquivamento.

19 DA VIGÊNCIA E REAJUSTES

19.1 O prazo de vigência do Contrato será contado da data de sua assinatura

19.2 Ocorrendo atrasos de pagamento por comprovada culpa da administração, após o tempestivo adimplemento da obrigação e a data prevista para o respectivo pagamento, o valor poderá, à partir daí, ser atualizado pelo índice IPCA e acrescido de juros de 0,5% ao mês.

19.3 Qualquer alteração do presente Contrato, se necessário, será objeto de Termo Aditivo, na forma da Lei Nº 14.133/2021 e dos Decretos Municipais.

19.4 Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples Apostila na forma da Art. 136 da Lei Nº 14.133/2021 e dos Decretos Municipais.

19.5 O reajuste dos preços será concedido após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado que fundamentou a contratação.

20 DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

20.1 As partes comprometem-se a cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), no que se refere aos dados pessoais estritamente necessários ao credenciamento, habilitação, contratação e pagamento de artistas e profissionais da cultura, tratados em razão deste procedimento, desde a inscrição no credenciamento, independentemente de declaração ou aceitação expressa.

20.2 Os dados pessoais coletados serão utilizados exclusivamente para as finalidades relacionadas à gestão do credenciamento, formalização de contratos ou instrumentos equivalentes, execução das apresentações ou serviços culturais, cumprimento de



obrigações legais, fiscais, previdenciárias, trabalhistas e de controle administrativo, observados os princípios previstos no art. 6º da LGPD.

20.3 O tratamento dos dados pessoais limitar-se-á ao mínimo necessário para a consecução do interesse público, sendo vedada sua utilização para fins diversos daqueles que justificaram a sua coleta.

20.4 É vedado o compartilhamento de dados pessoais com terceiros, salvo nas hipóteses previstas em lei, quando necessário à execução do objeto, à fiscalização contratual ou ao cumprimento de obrigações legais, regulatórias ou de controle, inclusive perante órgãos de controle interno e externo.

20.5 O Contratado deverá comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a existência de eventual subcontratação ou participação de terceiros que envolva o tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto, permanecendo responsável pela observância desta cláusula.

20.6 Encerrado o tratamento dos dados pessoais, estes deverão ser eliminados pelo Contratado, nos termos do art. 15 da LGPD, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 16 da LGPD, especialmente quando houver necessidade de manutenção dos dados para fins de prestação de contas, comprovação da execução contratual ou cumprimento de obrigações legais, enquanto não prescritas tais obrigações.

20.7 O Contratado deverá adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão, compatíveis com a natureza dos dados tratados no credenciamento de artistas.

20.8 O Contratado deverá orientar seus colaboradores, quando houver, quanto aos deveres e responsabilidades decorrentes da LGPD, na medida em que participem da execução do objeto.

20.9 O Contratante poderá solicitar, a qualquer tempo, informações ou esclarecimentos destinados a verificar o cumprimento desta cláusula, devendo o Contratado atender às solicitações no prazo estabelecido.

20.10 Os bancos de dados eventualmente formados no âmbito deste credenciamento, quando existentes, deverão observar padrões mínimos de segurança da informação, compatíveis com o porte do tratamento realizado, sendo dispensada a adoção de estruturas complexas quando o tratamento se limitar a dados cadastrais básicos de artistas e profissionais das artes e cultura.



20.11 O procedimento de credenciamento e os contratos dele decorrentes poderão ser ajustados para adequação às orientações ou determinações da **Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD**, sempre que necessário.

21 DA EQUIPE DE ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS E APROVAÇÃO

| Elaborador | Função | Matrícula | Assinatura |
|---------------------------------|--|------------------|-------------------|
| Carolina de Aguiar Canedo | Assessor IV | 64.334 | |
| APROVAÇÃO | | | |
| Ordenador de Despesas | Função | Matrícula | Assinatura |
| Genival Alves Pacheco Junior | Secretário de Turismo | 62.926 | |
| Ingrid Silveira Pendle | Secretária de Cultura e Economia criativa | 71.245 | |
| Bernardo Martins A. V. da Silva | Secretário de Educação, Ciência, Tecnologia, Esporte e Lazer | 56.963 | |
| Ramon Loureiro Plácido | Secretário de Desenvolvimento Social | 62.662 | |
| Pedro Henrique de Mello Corrêa | Secretário de Ambiente e Saneamento | 66.981 | |

22 DOS ANEXOS

ANEXO I – MODELO DE REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO E DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO nº XX/202X

ANEXO II – FORMULÁRIO DE DADOS CADASTRAIS CHAMAMENTO PÚBLICO nº XXX/202X;

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE USO DA IMAGEM.

ANEXO IV – MODELO DE CONTRATO DE REPRESENTAÇÃO ARTÍSTICA

Arraial do Cabo, 17 de março de 2026



ANEXO I – PESSOA JURÍDICA DO TERMO DE REFERÊNCIA

MODELO DE REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO E DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO nº xxx/2026.

A empresa _____, sediada a Rua _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representada pelo seu representante legal, _____, portador da Cédula de Identidade nº _____, inscrita no CPF/MF sob o nº _____, residente e domiciliado na Av./Rua _____ nº _____, Bairro _____, Cidade _____, CEP _____, telefone _____, e-mail _____, requer o cadastramento e credenciamento neste Município, para fins de realização de apresentações musicais na forma da legislação em vigor e Edital de Chamamento Público para Credenciamento nº XXX/2026 apresentando, para tanto, a documentação exigida devidamente assinada e rubricada. Neste sentido, DECLARA, sob as penas da lei, que: a) Recebeu os documentos que compõem o Edital para Credenciamento nº XXX/2026, e que tomou conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto deste credenciamento. b) Não se enquadra nos impedimentos elencados no do termo do edital c) Não se encontra inidôneo para licitar ou contratar com



órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal. d) As informações prestadas neste pedido de credenciamento são verdadeiras, e que concorda com os termos do edital e seus anexos. e) Não há qualquer fato superveniente impeditivo da sua participação neste processo de credenciamento. Nestes termos, pede deferimento.

Local, ____ de _____ de 2026.

Assinatura: _____

ANEXO I – PESSOA FÍSICA DO TERMO DE REFERÊNCIA

MODELO DE REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO E DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO nº xxx/2026.

EU _____, portador da Cédula de Identidade nº _____,
inscrita no CPF/MF sob o nº _____, residente e domiciliado na Av./Rua
_____ nº _____, Bairro _____,
Cidade _____, CEP _____, telefone _____, e-mail
_____, requer o cadastramento e credenciamento neste Município,
para fins de realização de apresentações musicais na forma da legislação em vigor e Edital de Chamamento
Público para Credenciamento nº XXX/2026 apresentando, para tanto, a documentação exigida devidamente
assinada e rubricada. Neste sentido, DECLARA, sob as penas da lei, que: a) Recebeu os documentos que
compõem o Edital para Credenciamento nº XXX/2026, e que tomou conhecimento de todas as informações
e condições para o cumprimento das obrigações objeto deste credenciamento. b) Não se enquadra nos
impedimentos elencados no do termo do edital c) Não se encontra inidôneo para licitar ou contratar com
órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal. d) As



informações prestadas neste pedido de credenciamento são verdadeiras, e que concorda com os termos do edital e seus anexos. e) Não há qualquer fato superveniente impeditivo da sua participação neste processo de credenciamento. Nestes termos, pede deferimento.

Local, ____ de _____ de 2026.

Assinatura: _____

ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA

FORMULÁRIO DE DADOS CADASTRAIS CHAMAMENTO PÚBLICO nº xxx/2026.

NOME DO ARTISTA/PROFISISONAL: _____

NOME DO ARTISTA/PROFISSIONAL: _____

CAMPO DE ATUAÇÃO: _____

ATIVIDADE: _____

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____ Nº: _____ CEP: _____

CELULAR: _____ E-MAIL _____

DADOS JURÍDICOS

RAZÃO SOCIAL: _____

CNPJ: _____

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME: _____

RG: _____ CPF: _____

ENDEREÇO: _____



BAIRRO: _____ CEP: _____

E-MAIL: _____

CELULAR: _____

INTEGRANTES DO GRUPO/BANDA

| Nome | CPF | Contato |
|------|-----|---------|
| Nome | CPF | Contato |
| Nome | CPF | Contato |
| Nome | CPF | Contato |
| Nome | CPF | Contato |
| Nome | CPF | Contato |
| Nome | CPF | Contato |

RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO:

NOME _____

CARGO _____

RG N° _____ CPF N° _____

ENDEREÇO RESIDENCIAL _____

ANEXO III DO TERMO DE REFERÊNCIA

DECLARAÇÃO DE USO DA IMAGEM

Eu, _____, portador da Cédula de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob nº _____, residente à Rua _____, nº _____, na cidade de _____, AUTORIZO o uso de minha imagem (ou do menor _____ sob minha responsabilidade) em fotos ou filme, sem finalidade comercial, para ser utilizada no trabalho _____. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, em todas as suas modalidades e, em destaque, das seguintes formas: (I) home page; (II) cartazes; (III) divulgação em geral (IV) acervo memorial. Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada



haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro.

Arraial do Cabo, _____ de _____ de 202__.

Assinatura



ANEXO IV DO TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATO DE REPRESENTAÇÃO DE EXCLUSIVIDADE

Por este instrumento jurídico particular, eu (...), brasileiro, estado civil, (.../Profissão), portador da cédula de identidade RG: (...), inscrito no CPF/sob o nº: (...), residente e domiciliado (a) à Rua/Av/Logradouro (...), nº: (...), Bairro(...), Complemento. Município de (...), Estado do (...), reconhecido pelo nome artístico (...), para todos os fins de direitos e obrigações, concedo a presente DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE EXCLUSIVIDADE à (.../nome da empresa/produtor cultural), CNPJ/MF nº: (...) com sede à Rua (...), nº: (...), Município de (...), Estado do (...), para fins de representação deste artista, podendo a representante aqui constituída apresentar propostas, projetos culturais referentes a espetáculos artísticos, requerer, assinar contratos e outros instrumentos jurídicos similares, receber valores financeiros referentes à cachês artísticos ou patrocínios, emitir notas fiscais e recibos de quitação, com recolhimento dos tributos previstos na legislação vigente.

Este instrumento tem a validade de (...) anos a contar a partir de sua assinatura.

cidade, Estado de _____ de 2026.

(Nome Completo do Artista/assinatura):

RG:

CPF:

(Nome Completo do representante /assinatura):

RG:

CPF:

Ou

CNPJ

(Obs.: o presente instrumento deverá ser registrado em cartório, conforme determina o Acórdão TCU nº 3991/2023)

ANEXO II



MODELO DE DECLARAÇÃO

A empresa xxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob o nº x x x x x x , sediada na x x x x x , por meio de seu representante legal abaixo identificado, DECLARA, sob as penas da Lei, que atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021) e declara ainda que:

1. Atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021);
2. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021);
3. Suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021);
4. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021);
5. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
6. Está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao órgão promotor da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município acessível em www.arraial.rj.gov.br
7. No caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;
8. No caso de microempresas ou empresas de pequeno porte: a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, assim como §§ 1º a 4º do art. 4º da Lei 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra;
9. Não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº



14.133/2021.

10. está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e no Decreto Municipal nº 4.381/2025 e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

11. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

12. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

xxxxxxx. xxx de xxxxx de 2026

(Identificação e assinatura do representante legal da proponente)

ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA



Chamamento Público Nº 00X/2026

PROCESSO: 407/2026

A empresa/pessoa física abaixo se propõe a executar o objeto deste edital, conforme discriminado no **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I**, pelos preços e condições assinalados na presente proposta.

Proponente: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

Telefone: (____) _____ CNPJ: _____

E-mail: _____

| ARTISTA/PROFISSIONAL | DESCRIÇÃO | UND | DURAÇÃO |
|----------------------|------------------------------|------|---------------|
| XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX | XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX | SERV | Mínima xxh |

O valor da proposta é de R\$ XXXX,XX (por extenso)

- 1) Declaro que a proposta ofertada inclui todos os custos de mão de obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais, administração, trabalhistas, previdenciários, contribuições parafiscais e outros que venham a incidir sobre o objeto do Edital de Chamamento Público nº xxx/2026
- 2) O prazo de validade desta proposta comercial é de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.

DADOS BANCÁRIOS: BANCO: CONTA CORRENTE:

Arraial do Cabo, _____ de _____ de 2026

Assinatura do Representante Legal ou Preposto Constituído

ANEXO IV – VALORES ENCONTRADOS EM PESQUISA DE PREÇOS



| ITEM | DESCRIÇÃO | UND | DURAÇÃO MÍNIMA (HORA) | QUANT | VALOR UNITÁRIO ESTIMADO | VALOR TOTAL ESTIMADO |
|------|--|-------|-----------------------------|-------|-------------------------------|-------------------------|
| 1 | Apresentação de circo (4 integrantes) | SERV. | 1h | 20 | R\$ 2.350,00 | R\$ 47.000,00 |
| 2 | Apresentação de teatro (5 integrantes) | SERV. | 1h | 24 | R\$ 2.717,26 | R\$ 65.214,24 |
| 3 | Apresentação de teatro de fantoche (3 integrantes) | SERV. | 1h | 1 | R\$ 1.800,00 | R\$ 1.800,00 |
| 4 | Intervenção artística (6 integrantes) | SERV. | 1h | 24 | R\$ 3.583,34 | R\$ 86.000,16 |
| 5 | Artista Circense | SERV. | 1h | 23 | R\$ 701,85 | R\$ 16.142,55 |
| 6 | Ator/atriz | SERV. | 1h | 51 | R\$ 785,80 | R\$ 40.075,80 |
| 7 | Artista personagem vivo | SERV. | 1h | 4 | R\$ 1.361,00 | R\$ 5.444,00 |
| 8 | Drag queen | SERV. | 1h | 3 | R\$ 500,00 | R\$ 1.500,00 |
| 9 | Animador cultural | SERV. | 1h | 9 | R\$ 370,00 | R\$ 3.330,00 |
| 10 | Pintura facial artística | SERV. | 1h | 12 | R\$ 384,53 | R\$ 4.614,36 |
| 11 | Dançarino (hip-hop) | SERV. | 1h | 2 | R\$ 725,00 | R\$ 1.450,00 |
| 12 | Bailarino/Dançarino (solista) | SERV. | 1h | 22 | R\$ 725,00 | R\$ 15.950,00 |
| 13 | Grupo de dança (contemporânea) - 5 integrantes | SERV. | 1h | 3 | R\$ 2.939,26 | R\$ 8.817,78 |
| 14 | Grupo de dança (clássica) - 10 integrantes | SERV. | 1h | 4 | R\$ 3.490,10 | R\$ 13.960,40 |



| | | | | | | |
|----|---|-------|----|----|--------------|----------------|
| 15 | Grupo de dança (street-dance) - 5 integrantes | SERV. | 1h | 2 | R\$ 2.939,26 | R\$ 5.878,52 |
| 16 | Grupo de dança(populares) - 5 integrantes | SERV. | 1h | 40 | R\$ 2.939,26 | R\$ 117.570,40 |
| 17 | Grupo de dança (hip-hop) - 5 integrantes | SERV. | 1h | 1 | R\$ 2.939,26 | R\$ 2.939,26 |
| 18 | Oficineiro – educação ambiental | SERV. | 2h | 2 | R\$ 300,00 | R\$ 600,00 |
| 19 | Oficineiro – criação com materiais reutilizados do mar | SERV. | 2h | 4 | R\$ 300,00 | R\$ 1.200,00 |
| 20 | Oficineiro – contação de história e literatura oceânica | SERV. | 2h | 4 | R\$ 300,00 | R\$ 1.200,00 |
| 21 | Oficineiro – jogos educativos | SERV. | 2h | 4 | R\$ 300,00 | R\$ 1.200,00 |
| 22 | Oficineiro – expressão corporal e teatro | SERV. | 2h | 4 | R\$ 300,00 | R\$ 1.200,00 |
| 23 | Oficineiro – percussão | SERV. | 2h | 1 | R\$ 300,00 | R\$ 300,00 |
| 24 | Oficineiro – desenho e pintura | SERV. | 2h | 3 | R\$ 300,00 | R\$ 900,00 |
| 25 | Oficineiro – argila e escultura | SERV. | 2h | 3 | R\$ 300,00 | R\$ 900,00 |
| 26 | Oficineiro – luz e sombra | SERV. | 2h | 3 | R\$ 300,00 | R\$ 900,00 |
| 27 | Oficineiro – artesanato | SERV. | 2h | 9 | R\$ 300,00 | R\$ 2.700,00 |



| | | | | | | |
|----|---|-------|----|----|------------|--------------|
| 28 | Oficineiro – investigação científica | SERV. | 2h | 1 | R\$ 300,00 | R\$ 300,00 |
| 29 | Oficineiro – produção audiovisual | SERV. | 2h | 1 | R\$ 300,00 | R\$ 300,00 |
| 30 | Oficineiro - produção artística | SERV. | 2h | 1 | R\$ 300,00 | R\$ 300,00 |
| 31 | Oficineiro – dramaturgia | SERV. | 2h | 2 | R\$ 300,00 | R\$ 600,00 |
| 32 | Oficineiro – cultura afro | SERV. | 2h | 4 | R\$ 300,00 | R\$ 1.200,00 |
| 33 | Oficineiro – maquiagem artística | SERV. | 2h | 4 | R\$ 300,00 | R\$ 1.200,00 |
| 34 | Palestrante – educação ambiental | SERV. | 1h | 2 | R\$ 600,00 | R\$ 1.200,00 |
| 35 | Palestrante – educação ambiental e mudanças climáticas | SERV. | 1h | 2 | R\$ 600,00 | R\$ 1.200,00 |
| 36 | Palestrante – tecnologia | SERV. | 1h | 2 | R\$ 600,00 | R\$ 1.200,00 |
| 37 | Palestrante - fomento cultura folclórica | SERV. | 1h | 1 | R\$ 600,00 | R\$ 600,00 |
| 38 | Palestrante – elaboração de portifólio | SERV. | 1h | 2 | R\$ 600,00 | R\$ 1.200,00 |
| 39 | Palestrante – trabalho circense | SERV. | 1h | 1 | R\$ 600,00 | R\$ 600,00 |
| 40 | Palestrante – trabalho teatral | SERV. | 1h | 1 | R\$ 600,00 | R\$ 600,00 |
| 41 | Palestrante – patrimônio cultural | SERV. | 1h | 10 | R\$ 600,00 | R\$ 6.000,00 |



| | | | | | | |
|----|---|-------|----|----|--------------|---------------|
| 42 | Palestrante – mercado da dança | SERV. | 1h | 1 | R\$ 600,00 | R\$ 600,00 |
| 43 | Palestrante – mercado audiovisual | SERV. | 1h | 6 | R\$ 600,00 | R\$ 3.600,00 |
| 44 | Palestrante – turismo cultural | SERV. | 1h | 3 | R\$ 600,00 | R\$ 1.800,00 |
| 45 | Palestrante – empreendedorismo cultural negro | SERV. | 1h | 3 | R\$ 600,00 | R\$ 1.800,00 |
| 46 | Palestrante – Museologia | SERV. | 1h | 2 | R\$ 600,00 | R\$ 1.200,00 |
| 47 | Palestrante – cultura LGBT | SERV. | 1h | 1 | R\$ 600,00 | R\$ 600,00 |
| 48 | Palestrante – literário e poesia | SERV. | 1h | 2 | R\$ 600,00 | R\$ 1.200,00 |
| 49 | Palestra – mercado digital artístico | SERV. | 1h | 2 | R\$ 600,00 | R\$ 1.200,00 |
| 50 | Mediador | SERV. | 1h | 23 | R\$ 650,00 | R\$ 14.950,00 |
| 51 | Roda de conversa | SERV. | 1h | 6 | R\$ 674,00 | R\$ 4.044,00 |
| 52 | Expositor artístico | SERV. | 4h | 2 | R\$ 1.200,00 | R\$ 2.400,00 |
| 53 | Expositor fotografias | SERV. | 2h | 6 | R\$ 650,00 | R\$ 3.900,00 |
| 54 | Expositor cultura afro | SERV. | 2h | 3 | R\$ 650,00 | R\$ 1.950,00 |
| 55 | Video arte | SERV. | 2h | 4 | R\$ 700,00 | R\$ 2.800,00 |
| 56 | Leitura dramatizada | SERV. | 1h | 7 | R\$ 450,00 | R\$ 3.150,00 |
| 57 | Contador de história | SERV. | 1h | 19 | R\$ 450,00 | R\$ 8.550,00 |
| 58 | Perfomance literária | SERV. | 1h | 4 | R\$ 450,00 | R\$ 1.800,00 |
| 59 | Escritor | SERV. | 1h | 4 | R\$ 650,00 | R\$ 2.600,00 |
| 60 | Roda literária – oceano (3 integrantes) | SERV. | 1h | 2 | R\$ 450,00 | R\$ 900,00 |



| | | | | | | |
|----|---|-------|-------|----|------------------|-------------------|
| 61 | Cordões/blocos carnavalescos (20 integrantes) | SERV. | 3h | 15 | R\$ 19.300,00 | R\$ 289.500,00 |
| 62 | Grupo de quadrilha junina (20 integrantes) | SERV. | 30m | 15 | R\$ 4.000,00 | R\$ 60.000,00 |
| 63 | Fanfarra de folias de reis (6 integrantes) | SERV. | 1h | 3 | R\$ 2.433,34 | R\$ 7.300,02 |
| 64 | Grupo reis de boi (6 integrantes) | SERV. | 1h | 2 | R\$ 2.433,34 | R\$ 4.866,68 |
| 65 | Grupos de capoeira (10 integrantes) | SERV. | 1h | 11 | R\$ 1.799,90 | R\$ 19.798,90 |
| 66 | Grupo de Afoxé (6 integrantes) | SERV. | 1h | 1 | R\$ 2.600,00 | R\$ 2.600,00 |
| 67 | Grupo de dança do coco (6 integrantes) | SERV. | 1h | 1 | R\$ 2.600,00 | R\$ 2.600,00 |
| 68 | Cantor solo – MPB | SERV. | 2h | 29 | R\$ 1.200,00 | R\$ 34.800,00 |
| 69 | Cantor solo – POP | SERV. | 2h | 2 | R\$ 1.200,00 | R\$ 2.400,00 |
| 70 | Cantor solo – GOSPEL | SERV. | 2h | 1 | R\$ 1.200,00 | R\$ 1.200,00 |
| 71 | Cantor solo – RAP | SERV. | 2h | 7 | R\$ 1.200,00 | R\$ 8.400,00 |
| 72 | Instrumentista - Saxofonista | SERV. | 1h30m | 3 | R\$ 813,82 | R\$ 2.441,46 |
| 73 | Coral – concerto (20 integrantes) | SERV. | 1h30m | 12 | R\$ 9.373,31 | R\$ 112.479,72 |
| 74 | Banda AXÉ – cat. I (6 integrantes) | SERV. | 2h | 1 | R\$ 4.946,83 | R\$ 4.946,83 |
| 75 | Banda AXÉ – cat. II (6 integrantes) | SERV. | 2h | 15 | R\$ 7.420,25 | R\$ 111.303,75 |



| | | | | | | |
|----|--|-------|----|----|--------------|-------------------|
| 76 | Banda MARCHINHAS (6 integrantes) | SERV. | 2h | 9 | R\$ 4.946,83 | R\$ 44.521,47 |
| 77 | Banda MPB – Cat. I (6 integrantes) | SERV. | 2h | 40 | R\$ 4.946,83 | R\$ 197.873,20 |
| 78 | Banda MPB – Cat. II (6 integrantes) | SERV. | 2h | 4 | R\$ 7.420,25 | R\$ 29.681,00 |
| 79 | Banda SAMBA – Cat. I (6 integrantes) | SERV. | 2h | 10 | R\$ 4.946,83 | R\$ 49.468,30 |
| 80 | Banda POP/ROCK – Cat I (6 integrantes) | SERV. | 2h | 14 | R\$ 4.946,83 | R\$ 69.255,62 |
| 81 | Banda PAGODE – Cat I (6 integrantes) | SERV. | 2h | 19 | R\$ 4.946,83 | R\$ 93.989,77 |
| 82 | Banda PAGODE – Cat II (6 integrantes) | SERV. | 2h | 5 | R\$ 7.420,25 | R\$ 37.101,25 |
| 83 | Banda SERTANEJO – Cat I (6 integrantes) | SERV. | 2h | 15 | R\$ 4.946,83 | R\$ 74.202,45 |
| 84 | Banda SERTANEJO – Cat II (6 integrantes) | SERV. | 2h | 4 | R\$ 7.420,25 | R\$ 29.681,00 |
| 85 | Banda FORRÓ – Cat I (6 integrantes) | SERV. | 2h | 15 | R\$ 4.946,83 | R\$ 74.202,45 |
| 86 | Banda BOSSA NOVA –Cat I (6 integrantes) | SERV. | 2h | 6 | R\$ 4.946,83 | R\$ 29.680,98 |
| 87 | Banda GOSPEL – Cat I (6 integrantes) | SERV. | 2h | 1 | R\$ 4.946,83 | R\$ 4.946,83 |
| 88 | Banda ROCK – Cat I (6 integrantes) | SERV. | 2h | 3 | R\$ 4.946,83 | R\$ 14.840,49 |



| | | | | | | |
|----|--|-------|----|---|--------------|---------------|
| 89 | Banda LATINO - Cat I (6 integrantes) | SERV. | 2h | 4 | R\$ 4.946,83 | R\$ 19.787,32 |
| 90 | Banda CHORINHO – Cat I (6 integrantes) | SERV. | 2h | 2 | R\$ 4.946,83 | R\$ 9.893,66 |
| 91 | Banda INFANTIL – Cat I (6 integrantes) | SERV. | 2h | 2 | R\$ 4.946,83 | R\$ 9.893,66 |
| 92 | Banda FUNK– Cat I (3 integrantes) | SERV. | 2h | 1 | R\$ 2.411,11 | R\$ 2.411,11 |
| 93 | Banda HIP-HOP – Cat I (3 integrantes) | SERV. | 1h | 1 | R\$ 2.411,11 | R\$ 2.411,11 |

Valor Total (RS) =

R\$ 1.982.810,50



ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO

(Processo Administrativo nºxxx/202x)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xxx/202x, QUE FAZEM

ENTRE SI O XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX E A EMPRESA XXXXXX.

O XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, com sede na Rua xxxxxxxxx, na cidade de Arraial do Cabo/RJ, inscrito no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxx, neste ato representado(a) pelo(a) Secretário Municipal XXXXXX, o Sr. XXXXXXxxxxxxxxxx, nomeado(a) pela Portaria nº xxxx, de xxx de xxxxx de 202x, portador da Matrícula Funcional nº xxxxx., doravante denominado CONTRATANTE, e a EMPRESA xxxxx, inscrita no CNPJ/MF sob o nº .xxxxx., sediado(a) na xxxxxxx, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) pelo Sr. (a) xxxxx (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº xxxx/202x e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Chamamento Público nº xxx/202x, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de xxxxxxxxx, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Objeto da contratação:

| ARTISTA/PROFISSIONAL | DESCRIÇÃO | UND | DURAÇÃO |
|----------------------|------------------------------|------|---------------|
| XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX | XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX | SERV | Mínima xxh |

1.2 São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- O Termo de Referência que embasou a contratação;
- O instrumento convocatório, assim considerado o Edital de Licitação ou o Aviso de Contratação Direta, conforme o caso;
- A Proposta do CONTRATADO, que, em caso de divergência com as condições estabelecidas neste Contrato e nos demais instrumentos anexos, cederá àquelas;
- Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3 Havendo qualquer divergência entre as disposições deste instrumento e dos seus Anexos, como o Termo de Referência, prevalecerá o disposto no presente Contrato.



CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de **XXX (meses ou ano(s))**, contados do(a) **XXX**, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2 O prazo de vigência do Contrato poderá ser prorrogado, sucessivamente, até o máximo de 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

2.2.1 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, desde que observados, ainda, os seguintes requisitos:

- a) demonstração formal, no processo, de que a forma do fornecimento tem natureza continuada;
- b) juntada de relatório sobre a execução do Contrato, com informações de que o fornecimento tenha sido realizado regularmente;
- c) juntada de justificativa de que a Administração mantém interesse na continuidade do fornecimento;
- d) manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- e) comprovação de que o CONTRATADO mantém as condições de habilitação; e
- f) informação quanto à existência de disponibilidade orçamentário-financeira para as despesas vindouras.

2.3 O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação do prazo de vigência contratual.

2.4 A prorrogação do Contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

2.5 O Contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o Poder Público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO ([art. 92, V](#))

5.1 O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1 O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente após a conclusão da apresentação artística, uma vez verificada a execução satisfatória dos serviços, mediante termo de recebimento definitivo, ou recibo,



firmado pelo fiscal do contrato. Os pagamentos serão efetuados após a prestação do serviço, através de crédito em conta corrente vinculada ao Credenciado, e após a apresentação da respectiva Nota Fiscal/RPA que deverá ser emitida no prazo máximo de 10 (dez) dias, após a prestação de serviço, conforme a tabela de remuneração constante do item 15.1 do Termo de Referência Anexo I deste contrato. Registra-se que o tempo de apresentação estará previsto no contrato a ser celebrado entre a Prefeitura e a credenciada.

6.2 A responsabilidade dos pagamentos será de cada órgão demandante, mediante a apresentação de nota fiscal/RPA discriminativa referentes à realização dos serviços, devidamente atestada pelos servidores competente e fiscal do contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias.

6.3 Havendo alguma pendência impeditiva do pagamento por parte da contratada, o mesmo fluirá a partir de sua regularização por parte da contratada.

6.4 Ocorrendo atraso no pagamento, desde que este não decorra de ato ou fato atribuível à Contratada, poderá ser aplicada multa de 0,5% sobre o valor da fatura e o débito será atualizado de acordo com o IPCA pro rata die entre a data prevista para o vencimento da fatura até a data do efetivo pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1 Os preços contratados serão reajustados após o interregno de 1 (um) ano da data do orçamento estimado, mediante solicitação do CONTRATADO, mediante a aplicação, pelo contratante, do IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.3 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.4 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s). Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.5 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.6 O reajuste será realizado por apostilamento, se esta for a única alteração contratual a ser realizada.

7.7 O reajuste de preços não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea d, da Lei nº 14.133/2021.



CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 São obrigações do Contratante:

- I. Prestar informações e esclarecimentos pertinentes à prestação de serviço e que venham a ser solicitadas pela CONTRATADA.
- II. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência.
- III. Comunicar prontamente à CONTRATADA, qualquer anormalidade no objeto deste Termo de Referência.
- IV. Disponibilizar segurança suficiente para garantir a paz, a ordem do evento e garantir a integridade física dos artistas e de sua equipe.
- V. Proceder ao acompanhamento da execução do contrato, na forma da Lei, ficando esclarecido que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do CONTRATANTE não eximirá a CONTRATADA de total responsabilidade na execução do contrato.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- I. Estar presente com no mínimo 60 (sessenta) minutos antes do horário previsto para o início da prestação do serviço;
- II. Responsabilizar-se por todos os compromissos e despesas decorrentes da execução dos serviços, bem como pelo transporte dos componentes, se for o caso.
- III. Encaminhar para a os órgãos responsáveis o rider técnico, mapa de palco e equipamento necessário para realização da atividade em até 05 (cinco) dias corridos contados da contratação.
- IV. Informar contato ao órgão responsável para os devidos alinhamentos de produção.
- V. Os órgãos responsáveis poderão alterar as datas e os locais dos eventos desde comunique a contratada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, salvo hipótese de caso fortuito ou força maior.
- VI. Os Órgãos responsáveis poderão intervir a qualquer momento na realização da prestação do serviço por interesse público em caso do não cumprimento do disposto neste termo de referência.
- VII. O interessado arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado da Chamada Pública.
- VIII. Deverá acompanhar o vencimento das Certidões enviadas no ato da inscrição, devendo mantê-las atualizadas no ato da convocação.
- IX. A participação neste credenciamento implica em concordância e aceitação de todas as condições estabelecidas neste Instrumento Convocatório.

CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 10.1 A aplicação de sanção será necessariamente precedida do devido processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório.



10.2 A inobservância de quaisquer dos preceitos deste chamamento do edital, ou da legislação regente, acarretará ao Credenciado, as seguintes penalidades:

- a) Advertência por escrito;
- b) Cancelamento do credenciamento.

10.3. Sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, garantida a prévia defesa.

10.3.1. Advertência;

10.3.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato em caso de inadimplência total ou parcial do Contrato, ou no caso de rescisão administrativa por ato de sua responsabilidade.

10.3.3. Multa de 1% (um por cento) por dia de atraso na prestação do objeto contratado, sem justificativa aceita pela Administração, calculada sobre o valor do contrato, até o 5.º (quinto) dia útil.

10.3.4. Suspensão do direito de licitar e de contratar com a CONTRATANTE pelo prazo de até 03 (três) anos, dependendo da natureza e gravidade da falta, consideradas as circunstâncias e interesse da própria autarquia; e,

10.3.5 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a CONTRATANTE em função da natureza e gravidade da falta cometida ou em caso de reincidência.

10.4. As multas previstas neste Termo de Referência não têm caráter compensatório, porém, moratório, e consequentemente o pagamento delas não exime a contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à "CONTRATANTE".

10.5. As penalidades acima mencionadas não excluem quaisquer outras previstas em Lei, nem o direito que assiste à "CONTRATANTE" de ressarcir-se das perdas e danos que vier a sofrer.

10.6. Enquanto a contratada não cumprir as condições contratuais estabelecidas, a "CONTRATANTE" reterá seus pagamentos e garantias contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL E DO DESCRENCIAMENTO

11.1 Ocorrerá o descredenciamento quando:

11.1.1 Por algum motivo o credenciado deixar de atender as condições de habilitação estabelecidas neste Edital de Chamamento Público.

11.1.2 Quando houver descumprimento injustificado do contrato pelo contratado.

11.1.3 Quando houver sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade em desfavor do credenciado, superveniente ao credenciamento.

11.1.4 Na recusa injustificada do credenciado em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido, implicando em seu imediato descredenciamento.



11.1.5 O credenciado poderá solicitar seu descredenciamento a qualquer tempo, mediante o envio de solicitação escrita ao órgão ou entidade contratante, cujo deferimento deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias. O pedido de descredenciamento não desincumbe o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades a eles atreladas, cabendo em casos de irregularidade na execução do serviço a aplicação das sanções definidas neste instrumento.

11.1.6 Quando houver, por quaisquer motivos, a extinção do Contrato.

11.1.7 Quando houver, inabilitação conforme prevê o item 11.

11.2 O descredenciamento será formalizado por meio de ato motivado da autoridade competente, publicado no Diário Oficial e no sítio eletrônico oficial da Prefeitura, com ampla publicidade no PNCP quando aplicável, assegurando contraditório e ampla defesa quando cabível [art. 5º, LV, CF/88].

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

13.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), e o Decreto Municipal nº 4.381/2025, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

13.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

13.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

13.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo **CONTRATADO**.



13.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do **CONTRATADO** eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

13.6 É dever do **CONTRATADO** orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

13.7 O **CONTRATADO** deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

13.8 O **CONTRATANTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o **CONTRATADO** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

13.9 O **CONTRATADO** deverá prestar, no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

13.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

13.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

13.11 O Contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

13.12 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade:

Fonte de Recursos:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

Plano Interno:



Nota de Empenho:

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021.

16.1.1. A divulgação do Contrato e de seus aditamentos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, condição indispensável para sua eficácia, deverá ocorrer nos prazos estipulados pelo art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

16.2. O **CONTRATANTE** deverá adotar as providências necessárias para dar conhecimento da contratação, junto ao Tribunal de Contas do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO ([art. 92, §1º](#))

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca Judiciária de Arraial do Cabo para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS ANEXOS

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II – (...)

Arraial do Cabo, xx de xxxxxx de 202x.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO



TESTEMUNHAS:

1-

2-